



28 DE JUNHO DE 2017

Quarta-feira

- ADESÃO À GREVE NA SEXTA-FEIRA DEVE SER MAIOR EM SP, RIO E DF
- CONFIANÇA DA INDÚSTRIA CAI 2,8 PONTOS EM JUNHO, APONTA FGV
- CENA POLÍTICA LEVA CONFIANÇA DA INDÚSTRIA DO BRASIL EM JUNHO A MENOR NÍVEL EM 4 MESES, DIZ FGV
- STARTUPS SÃO PROTAGONISTAS NO AMADURECIMENTO DA IOT NO PAÍS
- PIB DO PARANÁ CRESCE 2,5%
- EDITORIAL: A REFORMA NECESSÁRIA
- DEBATEDORES DIVERGEM SOBRE LEGALIDADE DA REFORMA TRABALHISTA
- PARA PAULO PAIM, PROJETO DA REFORMA TRABALHISTA ACABA COM A LIBERDADE
- CCJ CHEGA A FICAR APENAS COM 2 SENADORES PARA DEBATER REFORMA TRABALHISTA
- RENAN E JUCÁ DIVERGEM SOBRE REFORMA TRABALHISTA
- APROVAR REFORMA TRABALHISTA VIRA SONHO DE CONSUMO DE GOVERNO ENCURRALADO PELA CRISE
- JANOT AJUIZA AÇÃO NO STF EM QUE PEDE SUSPENSÃO DA LEI DA TERCEIRIZAÇÃO
- AÇÃO DA PROCURADORIA É CRITICADA POR ADVOGADOS
- LÍDERES DIVERGEM SOBRE CALENDÁRIO DE VOTAÇÃO DA REFORMA TRABALHISTA
- ARTIGO: FAZER PARTE DO STF É HONRA SUPREMA
- DEFICIT DA PREVIDÊNCIA SUPERA GASTOS COM SAÚDE E INVESTIMENTOS
- EM ENCONTRO COM EUNÍCIO, PARLAMENTARES DEFINEM MUDANÇAS QUE PODEM VALER NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES
- SENADO APROVA TRATADO DE PREVIDÊNCIA ENTRE BRASIL E LUXEMBURGO
- CUSTO DA MATÉRIA-PRIMA E CARGA TRIBUTÁRIA SÃO GARGALOS DA INDÚSTRIA DO TRIGO

- ATAQUE CIBERNÉTICO GLOBAL ATINGE COMPUTADORES TAMBÉM NO BRASIL
- DYOGO: GOVERNO DEVE REAVALIAR PROJEÇÕES PARA PIB DE 2018 EM AGOSTO
- OS JUROS NO BRASIL DAS PERNAS QUEBRADAS
- 'ANTECIPAR MEDIDA NÃO CONTRIBUI EM NADA PARA O CENÁRIO', DIZ DYOGO SOBRE A CIDE
- BRASIL VAI CONTRA A REALIDADE AO INSISTIR EM JUROS ALTOS, DIZ LARA RESENDE
- VALE APROVA REESTRUTURAÇÃO QUE PULVERIZA CONTROLE DA EMPRESA
- RECEITA FEDERAL FACILITA RESTITUIÇÃO DO SIMPLES NACIONAL E DO MICRO INDIVIDUAL
- NOVA GERAÇÃO DE CARROS COM MOTORES MIL TENTA CAIR NO GOSTO DO BRASILEIRO
- CARROS SERÃO SUBSTITUÍDOS POR VEÍCULOS AUTÔNOMOS ATÉ 2025, DIZ PETER DIAMANDIS
- DAIMLER TRUCKS AMPLIA CONTRATO GLOBAL COM A WABCO
- VOLVO FH 540 TEM O MELHOR VALOR DE REVENDA
- LIFAN X60 AUTOMÁTICO CVT ESTÁ À VENDA
- VW E NVIDIA VÃO COOPERAR EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
- ETANOL E FROTA FLEX SÃO ATIVOS ESTRATÉGICOS, DEFENDE DIRETOR DA FCA
- MOTOS RECUAM DIANTE DA CHUVA E DO FRIO
- CONCESSIONÁRIAS: FALTA ESTRUTURA PARA ATENDER NO CANAL DIGITAL

CÂMBIO EM 28/06/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,295	3,296
Euro	3,745	3,746

Fonte: BACEN

Adesão à greve na sexta-feira deve ser maior em SP, Rio e DF

28/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Além de contar com a adesão de um número menor de categorias, a greve geral marcada para acontecer na sexta-feira deve ficar restrita a algumas poucas capitais.

Segundo os sindicalistas, principais responsáveis pela coordenação do movimento, os protestos estarão centralizados nas principais cidades do País, com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Já como um sinal do menor engajamento, desde o início da semana as centrais sindicais baixaram o tom da convocação dos trabalhadores, passando a chamar a manifestação de "dia de mobilizações e de paralisações".

Segundo os representantes sindicais, a principal razão para a baixa articulação é, até agora, a falta de consenso entre uma parte que defende uma pauta de reivindicações anti-Temer e os que buscam se ater atos protestos contra os projetos de reforma trabalhista e da Previdência, repetindo o mote para a paralisação geral de 28 de abril, considerada bem-sucedida pela categoria.

Por enquanto, apenas os metroviários de São Paulo e o sindicato dos bancários decidiram aderir à greve. Os bancários, por sinal, ainda não divulgaram as praças que além de São Paulo devem integrar o movimento. Segundo os sindicalistas, a categoria ainda prepara assembleias pelo País e, até quinta-feira, deverá fechar questão sobre o assunto.

Os professores de São Paulo, tanto os particulares quanto os de escolas públicas, já estão convocados para a greve. No entanto, com a proximidade das férias escolares, que têm início no começo de abril na maioria das escolas, a percepção dos próprios sindicalistas é de que a categoria chegará desmobilizada no evento de sexta. Já o sindicato de motoristas de ônibus de São Paulo descartou a paralisação. Eles fazem parte da União Geral dos Trabalhadores (UGT), central que, a exemplo da Força Sindical, reforça o coro pela mobilização em vez de uma greve geral.

Brasília

No Distrito Federal, a mobilização nacional das centrais sindicais conseguiu atrair a adesão diversas classes de trabalhadores. O Sindicato dos Bancários de Brasília vai parar, além do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro-DF) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

Por meio de sua assessoria de comunicação, o governo do Distrito Federal informou que vai cortar o ponto dos servidores que participarem de greves e paralisações. A Secretaria de Segurança Pública e da Paz Social (SSP-DF) confirmou que um "o esquema de segurança ainda está sendo produzido" para lidar com as manifestações na capital federal.

Confiança da indústria cai 2,8 pontos em junho, aponta FGV

28/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança da Indústria (ICI) caiu 2,8 pontos em junho ante maio, alcançando 89,5 pontos, o menor nível desde fevereiro de 2016 (87,8 pontos), informou nesta quarta-feira, 28, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na métrica de médias móveis trimestrais, o índice registrou a primeira queda do ano ao declinar 0,4 ponto, atingindo 91 pontos.

Na avaliação da coordenadora da Sondagem da Indústria, Tabi Thuler Santos, a retração na confiança da atividade está relacionada à crise política deflagrada com a delação da JBS. "Após alcançar, no mês passado, o maior patamar desde o início da recessão, em 2014, a confiança da indústria voltou a ceder em junho. As expectativas, que têm sido protagonistas na dinâmica da confiança, foram atingidas com o aumento da incerteza após a deflagração da nova crise política, em maio."

O Índice de Expectativas (IE) caiu 3,6 pontos, para 92,1 pontos, com a principal influência das perspectivas com o total de pessoal ocupado nos três meses seguintes,

que cedeu 7 pontos, atingindo 85,6 pontos. A proporção de empresas que prevê aumento de funcionários caiu, de 13,9% para 9,3%, enquanto a fatia que espera reduzir o número de empregados subiu, de 16,1% para 20,9%.

Mas a FGV destacou que a queda na confiança em junho foi espalhada por 13 dos 19 segmentos e atingiu também as percepções sobre o momento corrente. O Índice da Situação Atual (ISA) recuou 2,0 pontos, para 87,0 pontos. "A Sondagem sinaliza, ainda, a interrupção do processo de ajuste dos estoques industriais e a favorável contribuição do mercado externo para o desempenho do setor nos últimos meses", completa Tabi.

As avaliações piores sobre o nível de estoques foram a principal contribuição para o recuo do ISA. Houve aumento da parcela de empresas que avaliam o nível de estoques como excessivo, de 12,2% para 12,7% do total, e redução da parcela dos que o consideram insuficiente, de 5,2% para 4,6% do total.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) declinou 0,5 ponto porcentual para 74,2%. Esse é o menor nível desde dezembro de 2016, quando foi registrado o mínimo histórico da série iniciada em 2001.

A edição de junho de 2017 do ICI coletou informações de 1.147 empresas entre os dias 1º e 23 deste mês. A próxima divulgação desse indicador será no dia 27 de julho de 2017, sendo que a prévia do resultado será publicada no site do Ibre no dia 20 de julho.

Cena política leva confiança da indústria do Brasil em junho a menor nível em 4 meses, diz FGV

28/05/2017 – Fonte: DCI

A confiança da indústria brasileira interrompeu série de três altas e caiu com força em junho para o menor nível em quatro meses, prejudicada pelas incertezas políticas em torno do presidente Michel Temer.

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) informou nesta quarta-feira que o Índice da Confiança da Indústria (ICI) recuou 2,8 pontos em junho, para 89,5 pontos, o menor nível desde fevereiro (87,8 pontos), depois de ter chegado no mês anterior ao patamar mais alto desde abril de 2014.

"As expectativas, que têm sido protagonistas na dinâmica da confiança, foram atingidas com o aumento da incerteza após a deflagração da nova crise política, em maio", disse a coordenadora da Sondagem da Indústria da FGV/IBRE, Tabi Thuler Santos, em nota.

Nesta semana, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ofereceu denúncia criminal contra o presidente Michel Temer pelo crime de corrupção passiva a partir da delação dos executivos da JBS.

Temer reagiu afirmando que a denúncia apresentada contra ele é uma ficção e não tem fundamentos, e partiu para o ataque contra Janot.

Todo esse cenário impacta diretamente as expectativas de consumidores e empresários, ao colocar em dúvida as chances do Congresso de aprovar as reformas em andamento.

O Índice de Expectativas (IE) da confiança da indústria caiu 3,6 pontos, para 92,1 pontos, com piora das perspectivas para o pessoal ocupado nos três meses seguintes, cujo índice atingiu a mínima desde dezembro de 2016.

O Índice da Situação Atual (ISA) teve queda de 2,0 pontos, para 87,0 pontos, devido principalmente à piora das avaliações sobre o nível de estoques.

"A sondagem sinaliza, ainda, a interrupção do processo de ajuste dos estoques industriais e a favorável contribuição do mercado externo para o desempenho do setor nos últimos meses", completou Thabi.

Por sua vez, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada caiu 0,5 ponto percentual e foi a 74,2 por cento, nível mais baixo dezembro do ano passado.

A leitura final do ICI foi pior do que sua prévia, que apontava queda de 2,3 pontos.

Startups são protagonistas no amadurecimento da IoT no País

28/05/2017 – Fonte: GS Notícias

Internet das Coisas. Pequenas empresas quebram barreiras de entrada e conquistam primeiros clientes enquanto governo não finaliza Plano Nacional, que deve ser lançado em setembro



Ferramenta da Nexxto ajuda supermercados a controlar a temperatura de perecíveis
Foto: Fotos: Divulgação e Dreamstime

Enquanto o Brasil dá os primeiros passos para a formação de um ecossistema maduro de internet das coisas (ou IoT, na sigla em inglês), startups e empresas de pequena porte assumem o protagonismo e trazem a tecnologia para a realidade a despeito das barreiras econômicas e tecnológicas.

Baseada em objetos capazes de se comunicar entre si e com a internet através de sensores, a IoT trará uma onda de disrupção em todos os setores. Ainda que a adoção aqui ocorra aos poucos, empresas ouvidas pelo DCI já atuam em áreas variadas que vão desde fechaduras inteligentes até o monitoramento remoto de funcionários.

Este último segmento é explorado pela DEV Tecnologia, especializada no gerenciamento de ativos indoor [em ambientes fechados]. Diretora executiva-comercial da empresa, Silvia Takey conta que entre os clientes há inclusive um frigorífico que precisava fiscalizar se os funcionários faziam paradas térmicas em unidades com câmaras frias.

"A única tecnologia que atendeu a demanda foi a nossa", diz ela, explicando que a localização é possível a partir de uma pequena tag acoplada aos crachás. "Há ainda outros ativos que podem ser monitorados, como pacientes dentro de hospitais e até mesmo a temperatura de agências bancárias", afirma ela.

Lidar com temperaturas foi um dos caminhos encontrados pela Nexxto, que vislumbra atuação nas verticais do agronegócio e segurança, mas que já possui clientes nas cadeias alimentícia e farmacêutica. Através de sensores, a empresa efetua o

monitoramento em tempo real de refrigeradores, congeladores, centros de distribuição e até mesmo conservadores de vacina.

"Mandamos tudo para a nuvem e processamos com nosso algoritmo de inteligência artificial", explica o CEO da Nexxto, Antonio Rossini. Segundo ele, além da economia com energia ("40% da conta dos supermercados vem destes equipamentos"), é possível regular o clima para a melhor conservação de produtos e até mesmo antever imprevistos.

"Com base em comparações dá para prever uma semana antes se a geladeira do cliente vai quebrar", afirma Rossini, que oferece hardware, software e plataforma em um pacote com aluguel variável a partir do número de sensores "menores que uma caixa de fósforo", de acordo com Rossini.

Outra empresa que já tem bons laços com a indústria de alimentos é a Ubivis; o serviço prestado para um de seus (grandes) clientes inclui o controle de temperatura, alimentação e luminosidade de galpões de aviários.

"Também temos sistemas instalados em clientes de porte na indústria siderúrgica, metalúrgica e química", conta o CEO da empresa, Paulo Henrique Garcia de Souza. Em todos os casos são medidos indicadores como vibração e amperagem dos aparelhos.

Souza explica que a escolha por clientes grandes não foi proposital. "Inicialmente o foco eram médias, mas muitas delas ficam preocupadas com o dia a dia e não pensam em inovação. Por isso ainda temos que provar [a eficiência] da manufatura avançada", avalia ele, lembrando que mesmo entre as maiores o processo de aceitação da chamada indústria 4.0 ainda é longo.

Abrindo portas

Segundo estudo da IDC/Qualcomm, os investimentos da indústria em IoT somaram cerca de US\$ 411 milhões no País em 2016, ficando atrás apenas do monitoramento de frotas (US\$ 875 milhões) e edifícios inteligentes (US\$ 425 milhões). É nessa última vertical que atua a LoopKey, especializada em fechaduras inteligentes. Brasileira, a empresa do CEO Pedro Salum Franco já planeja desembarcar em São Paulo. "Nossa solução de controle de acesso permite não apenas abrir portas remotamente, mas também compartilhar a chave com terceiros", conta o gestor.

Segundo Franco, a ferramenta (amparada por um app mobile) é aderente às demandas da economia colaborativa e poderia ser integrada em ferramentas de compartilhamento de casas, por exemplo. Enquanto isso, os principais clientes da LoopKey estão em hotéis e ambientes de coworking, entre outros. Mais do que simplesmente liberar ou trancar portas, Franco também explica que a ferramenta permita a identificação de pontos fora da curva, antevendo invasões a partir da inteligência presente na solução.

"É algo que as empresas precisam e que o consumidor final gostaria de ter", classifica Franco, que promete uma solução mais barata para clientes residenciais já no próximo biênio.

Outra vertical bastante demanda - sobretudo entre governos - é a de segurança pública, onde a Áudio Alerta já atua: a empresa foi uma das escolhidas pela Cisco para o projeto do Porto Maravilha (RJ), além de estar presente em um piloto em Recife (PE), onde tem sede. "Fazemos audiomonitoramento com sensores acústicos", explica o diretor de produtos da Áudio Alerta, Ivo Frazão. Acoplada em câmeras de segurança, os módulos são capazes de identificar ruídos sonoros como tiros ou explosões, efetuando contato com as centrais.

Diante da redução de gastos do setor público, atender clientes corporativos também virou uma constante. "Atendemos vários tipos de ambientes externos como plantas industriais, armazéns e campus de universidades. Também temos uma versão reduzida para agências bancárias", conta Frazão.

Parcerias

As startups ouvidas pelo DCI fazem parte da Liga IoT, que escolheu cinco entre 250 interessadas em participar de programa da aceleradora Liga Ventures apoiado pela Intel e pela brasileira Tivit. "Identificamos equipes bem preparadas para quebrar as barreiras de mercado, como desenvolver hardware", avalia o sócio-fundador Liga Ventures, Daniel Grossi. Entre as pequenas empresas entrevistadas, todas as que constroem os hardwares ainda precisam importar da China, além de enfrentarem problema com os custos de conectividade.

PIB do Paraná cresce 2,5%

28/05/2017 – Fonte: Bem Paraná

A economia do Paraná voltou a crescer e registrou um avanço de 2,5% no primeiro trimestre de 2017, em relação ao mesmo período do ano passado. No fim de março, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado somava R\$ 106,95 bilhões. O resultado do Paraná foi divulgado ontem, pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (Ipardes).

O desempenho paranaense, fortemente influenciado pela agropecuária, foi bem superior à média da economia brasileira. De acordo com dados divulgados pelo IBGE no início de junho, o PIB do Brasil registrou retração de 0,4% na mesma base de comparação.

O resultado do trimestre marca a retomada do crescimento da economia do Estado, depois de oito trimestres de queda. Em 2016, o PIB do Estado fechou com queda de 2,6%. Graças à supersafra de grãos, a agropecuária registrou o maior avanço entre as atividades, com alta de 14,6%.

Editorial: A reforma necessária

28/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

A legislação trabalhista ficou anacrônica e, sob o pretexto de proteger, está causando prejuízos aos próprios trabalhadores



As funções essenciais da legislação que regula as relações entre o trabalho e o capital se resumem a uns poucos pontos. Coibir maus-tratos e condições indignas de trabalho, proibir tarefas prejudiciais à saúde física e mental do empregado, fixar regras de segurança, limitar as jornadas adequadas ao ser humano (com os respectivos descansos essenciais à saúde física e mental do funcionário), listar alguns direitos sobre remuneração e indenizações por dispensa e, por fim, punir discriminações e qualquer tipo de opressão sobre os seres humanos.

A lei passa a ser problema quando os dispositivos para proteger os empregados acabam desestimulando a contratação de trabalhadores e lançam milhões na economia informal, sem proteção alguma. O excesso de obrigações e exigências incompatíveis com a realidade econômica e social fizeram exatamente isto no Brasil: a pretexto de proteger os empregados formais, lançou na economia informal, sem proteção, milhões deles.

Implantada na época de um Brasil rural, com baixo nível tecnológico e economia simplória, a legislação trabalhista, em seu início, cobria pouco mais de 1% dos trabalhadores, aqueles que tinham carteira profissional e registro oficial.

Estando no fim da segunda década do século 21, com economia complexa, população majoritariamente urbana e sistema produtivo diversificado, a legislação trabalhista ficou anacrônica e, sob o pretexto de proteger, está causando prejuízos aos próprios trabalhadores. O simples fato de um trabalhador não poder ser contratado para jornadas flexíveis e/ou por menos horas diárias é exemplo de anacronismo da legislação, o que recomenda urgente necessidade de reforma.

Parte dos legisladores insiste em manter uma legislação que não estimula a contratação de empregados

Uma boa medida do absurdo a que chegou a legislação trabalhista brasileira é que ela é dirigida a menos da metade dos trabalhadores brasileiros. Dos 104 milhões de habitantes em condições de trabalhar, após excluir os funcionários públicos, os profissionais liberais e os empreendedores, sobram os potenciais trabalhadores com carteira assinada, que são em torno de 68 milhões.

Destes, apenas 38 milhões têm emprego com registro em carteira – portanto, pouco mais da metade do total. A recessão jogou 14,2 milhões no desemprego e outros milhões estão na economia informal, sem registro e sem proteção, e mesmo assim uma parte dos legisladores insiste em manter uma legislação que não estimula a contratação de empregados.

Após mais de meio século de legislação trabalhista, muitas coisas mudaram radicalmente na estrutura produtiva e novas regras estão sendo exigidas. As mudanças tecnológicas, a competição entre as empresas por trabalhadores qualificados, a elevação da renda do trabalho, o nervosismo derivado de um sistema econômico instável são alguns dos aspectos que pedem modernização da legislação trabalhista, que se tornou velha, superada e passou a não ser do interesse dos próprios trabalhadores.

A CLT ainda mantém a lógica da economia industrial nascida antes da Segunda Guerra Mundial, na qual a tecnologia mudava lentamente e o trabalhador se mantinha no mesmo ofício durante toda a vida. Esse quadro não existe mais, sobretudo em um tempo no qual o mundo avança para se tornar predominantemente uma economia de serviços e elevado grau de pequenos empreendimentos individuais.

A reforma trabalhista andou no Congresso Nacional, apesar de solavancos como a rejeição na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, e há chance de que seja aprovada – nesta quarta-feira, ela será analisada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Não é a reforma ideal, mas é melhor que o corpo de leis que está vigendo hoje. Entretanto, a crise política e a redução do grau de manobra do governo podem colocar a perder mais uma oportunidade de melhorar a legislação. Se isso ocorrer, quem perderá será o país e os trabalhadores.

Debatedores divergem sobre legalidade da reforma trabalhista

28/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo



- [PLC 38/2017](#)

Em mais uma audiência pública sobre a reforma trabalhista ([PLC 38/2017](#)) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizada na tarde desta terça-feira (27), quatro debatedores defenderam que a proposta tem muitos pontos inconstitucionais, principalmente os que preveem a flexibilização de direitos trabalhistas.

Entretanto, outros dois convidados defenderam a legalidade do projeto e afirmaram que as mudanças previstas vão aumentar o número de postos de trabalho.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Guilherme Guimarães Feliciano, mencionou a [nota técnica](#) divulgada por diversas entidades que lista as inconstitucionalidades presentes no PLC 38. Ele disse que o projeto tem dispositivos que contrariam frontalmente o art. 7º da Constituição, que trata dos direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais. Para o juiz, a flexibilização de direitos prevista no projeto vai ser negociada sempre em prejuízo do trabalhador.

Em seguida, o presidente da Central dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Brasil (CTB), Adilson Gonçalves de Araújo, afirmou que a população brasileira ainda não está suficientemente esclarecida e informada sobre as inúmeras mudanças previstas na reforma trabalhista. Ele disse que essas mudanças vão acabar por aprofundar as desigualdades sociais e enfraquecer os sindicatos.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa, também tachou a reforma de inconstitucional por retirar direitos trabalhistas previstos na Constituição e a chamou de "retrocesso social".

Como exemplo, ele citou a previsão de que trabalhadoras gestantes e lactantes poderão trabalhar em situações insalubres, o que a Constituição proíbe, disse. O procurador também criticou o estímulo do PLC ao trabalho autônomo e levantou a hipótese de que empresas vão acabar por demitir seus empregados para recontratá-los como autônomos, trabalhadores intermitentes, terceirizados ou como pessoa jurídica individual, a chamada pejetização.

Representando a presidência do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Ulisses Borges de Resende também disse estar convicto que a reforma trabalhista em análise pelo Senado é inconstitucional. Para ele, as mudanças previstas não vão ajudar os 14,2 milhões de desempregados do país. Ele também sugeriu que o imposto sindical seja extinto de maneira gradual e não abruptamente.

— O Partido Socialista Brasileiro defende a rejeição do projeto pelo Congresso Nacional
— afirmou.

O juiz do trabalho do Paraná, Marlos Augusto Melek, argumentou que o PLC não acaba com o imposto sindical, mas apenas o torna opcional, o que, em seu entender, vai valorizar os sindicatos realmente representativos. Defendeu ainda o instituto do trabalho intermitente que, em sua opinião, pode funcionar como uma porta de entrada

para o mercado de trabalho para os 54 milhões de brasileiros que ainda estão na informalidade. Para ele, não há nada de inconstitucional no PLC 38.

Informalidade

O professor da Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), Antônio Galvão Peres, defendeu a reforma trabalhista, afirmando que a mesma busca regular muitas situações que já acontecem atualmente mas sem regulamentação. Para ele, a proposta vai reduzir a insegurança jurídica na área trabalhista e vai reforçar o poder dos verdadeiros sindicatos. Na opinião do professor, a intenção do chamado trabalho intermitente é trazer para o mercado

de trabalho os milhões de trabalhadores que ainda estão na informalidade.

A audiência pública foi conduzida pelo presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PMDB-MA), e contou com a participação dos senadores Paulo Paim (PT-RS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Regina Sousa (PT-PI), Lídice da Mata (PSB-BA), Fátima Bezerra (PT-RN) e Lindbergh Farias (PT-RJ).

Fora Lobão, todos os senadores defenderam a rejeição da reforma trabalhista pelo Senado. Também puderam opinar sobre a reforma trabalhista representantes da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Intersindical, Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) e Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

Para Paulo Paim, projeto da reforma trabalhista acaba com a liberdade

28/05/2017 – Fonte: Senado Notícias



O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a protestar em Plenário contra as reformas propostas pelo governo do presidente da República, Michel Temer. Ele também afirmou que mais de 100 milhões de brasileiros serão prejudicados e comparou o [PLC 38/2017](#) a “uma revogação da Lei Áurea”.

Segundo Paim, mesmo os parlamentares que defendem a reforma Trabalhista, por exemplo, estão querendo mudanças no texto aprovado pela Câmara dos Deputados. O único consenso, disse o senador, é o de que o Senado precisa cumprir seu papel de Casa revisora, aprovando alterações na matéria.

Ao citar madre Tereza de Calcutá, falecida em 1997, Paim questionou se o mundo perdeu sua capacidade de amar. Ele declarou que a vida só vai evoluir por meio da compreensão de que não vale a pena o isolamento e destacou que a humanização do trabalho melhora a qualidade de vida, dando aos cidadãos o direito de viver, trabalhar e morrer com dignidade.

— Se esta reforma for aprovada, fica decretado: a liberdade deixa de existir. Os livres, agora são cativos. Isso é a desumanização da ação política. O homem deixa de ser o centro do universo e transforma-se no opressor de si mesmo.

CCJ chega a ficar apenas com 2 senadores para debater reforma trabalhista

28/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Após o pronunciamento do presidente Michel Temer no Palácio do Planalto e com o início da sessão plenária do Senado, a audiência pública da Comissão de Constituição

e Justiça (CCJ) que debate a reforma trabalhista ficou completamente esvaziada. Em alguns momentos, a sessão chegou a contar com apenas dois parlamentares – todos da oposição.

Nesse período, a presidência foi intercalada entre Paulo Paim (PT-RS) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Com a posição crítica de ambos à reforma e sem a presença de governistas, foi dada a palavra sem limite de tempo aos senadores da oposição e também aos sindicalistas que estavam presentes à sessão e não faziam parte do debate. Nesse período, os convidados que estão no local para debater a reforma apenas acompanharam os discursos sem intervenções.

Renan e Jucá divergem sobre reforma trabalhista

28/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Às vésperas da votação da reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), dois dos principais nomes do maior partido no Senado trocaram farpas ontem sobre a tramitação do projeto.

Após Renan Calheiros (PMDB-AL) defender o adiamento da votação diante das denúncias contra Michel Temer, Romero Jucá (PMDB-RR) reagiu em defesa do presidente e ameaçou retirar o colega da liderança do partido.

Uma amostra da divisão do partido do presidente Temer e de eventuais dificuldades do governo em aprovar reformas no Congresso aconteceu quando Renan e Jucá discutiram no plenário do Senado. Lá, a reforma trabalhista será votada na CCJ e, depois, no plenário antes da sanção presidencial.

Renan, líder do PMDB no Senado, disparou contra a reforma trabalhista: “Temer não tem confiança da sociedade para fazer essa reforma trabalhista na calada da noite.

Num momento em que o Ministério Público, certo ou errado, apresenta denúncia, não há como fazer uma reforma que pune a população”. Ele ameaçou trocar nomes na bancada do PMDB na CCJ para tentar prejudicar a aprovação da reforma. “Se o jogo for esse, vou admitir mudanças na composição da CCJ.”

Jucá, presidente do PMDB e líder do governo, reagiu com a ameaça de tirar Renan da liderança do partido com a alegação de que a reforma trabalhista não é uma pauta de Temer, mas do País.

“A posição do senador Renan sobre mudar membros da CCJ me estranha. Fizemos uma reunião de bancada em que, por 17 votos a 5, decidimos pelo apoio às reformas e pela manutenção de Renan na liderança. Se ele mudar membros da CCJ, podemos mudar liderança do PMDB”, disse.

A disputa no Senado é uma amostra do intenso jogo de forças que ocorre em Brasília antes da votação do projeto na CCJ. O Palácio do Planalto também está ativo e, mesmo com a denúncia do procurador-geral Rodrigo Janot, Temer fez articulações na tarde de ontem pela reforma trabalhista.

Segundo fontes, houve uma romaria de parlamentares ao gabinete presidencial. Auxiliares dizem também que, em meio à escalada da crise política e com Michel Temer denunciado, é fundamental que a base “mostre serviço” na CCJ e busque imprimir um clima de superação no Congresso para tentar injetar capital político ao presidente.

Aprovar reforma trabalhista vira sonho de consumo de governo encurralado pela crise

28/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Temer testa fidelidade da base na votação da reforma trabalhista na Comissão de Constituição e Justiça nesta quarta-feira, dois dias após denúncia do procurador Rodrigo Janot



Sessão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado: oposição vai apresentar votos em separado ao texto oficial da reforma trabalhista. Edilson Rodrigues/Agência Senado

Em busca de uma vitória que alivie um mínimo a sua situação, o governo Temer aposta todas as fichas na aprovação da reforma trabalhista, cuja votação está prevista na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado nesta quarta-feira (28). Ciente de que será difícil conter a derrota, a oposição já prepara suas armas, como por exemplo, os votos em separados, para serem apreciados de forma paralela ao parecer do relator, Romero Jucá (PMDB-RR).

Nesse “kit oposição”, senadores do PT, PCdoB, PSB, Rede e PSOL vão usar todos os artifícios. São cinco votos em separados da oposição. Somente o apresentado por Paulo Paim (PT-RS) tem 90 páginas.

O governo tem pressa e espera votar ainda nesta quarta o texto na CCJ e levar logo ao plenário. Se aprovado no plenário, ele segue então para a sanção do presidente Michel Temer. A sessão começa às 10 horas, sem previsão de término, podendo se estender até a noite.

A CCJ tem 27 senadores titulares. O governo contabiliza vitória com uma diferença entre 4 a 6 votos. Não acredita que haverá surpresas, como na votação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), quando foi derrotado.

“Não acredito que a reforma trabalhista comece a ser votada na CCJ antes das 20 horas da quarta-feira. O governo tentará levar ao plenário até 14 de julho. Mas o certo mesmo seria deixar essa matéria para agosto e tentarmos um acordo decente sobre o tema. Porque essa proposta é indecente”, disse Paim.

Valdir Raupp (PMDB-RO) está otimista, apesar de um dos autores do voto em separado ser um colega de partido, o senador Eduardo Braga (AM), já contabilizado como uma “dissidência” da base. Ele foi ministro do governo Dilma Rousseff.

“Há espaço para a reforma trabalhista ser aprovada, até com folga de quatro a seis votos. É a conta que a base do governo está fazendo. Deverá passar na CCJ e no plenário do Senado também”, disse Raupp.

O tempo joga contra o governo. À medida que a denúncia criminal do procurador-geral da República Rodrigo Janot avança, a situação de Temer se fragiliza. Aprovar a reforma trabalhista virou questão de honra para o governo. Os opositores apostam que mesmo

sem a denúncia ter sido despachada para a Câmara pelo ministro Edson Fachin, relator do inquérito no Supremo Tribunal Federal, o caso já faz um “estrago” no apoio da base. O líder do PT no Senado, Lindbergh Farias (RJ), reconhece a maioria do governo na CCJ, mas acha que o quadro pode mudar ainda nesta quarta.

“A conjuntura mudou e a crise se agravou. Qual o clima para se votar isso aqui? Pelos nossos cálculos, eles têm uma maioria, mas é uma maioria que pode ser modificada até a votação. Se houver clima para votação”, disse Lindbergh.

Com a aprovação da reforma da Previdência cada vez mais distante, fazer passar a reforma trabalhista já será um trunfo para o governo. Não vai salvar a lavoura, algo que ainda está bem longe.

Janot ajuíza ação no STF em que pede suspensão da lei da terceirização

28/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Procurador-geral da República entra com ação de inconstitucionalidade no Supremo. Ministro Gilmar Mendes será relator do caso



O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a lei da terceirização. Em mais uma ação que contraria o governo Michel Temer, o procurador argumenta que há inconstitucionalidade na recente mudança de regras do mercado de trabalho e pede a suspensão das novas regras. A documentação foi recebida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e o ministro Gilmar Mendes será o relator do caso.

No pedido, Janot argumenta que houve descumprimento de um pedido do Executivo de retirada da pauta do projeto de lei que serviu de base para a lei da terceirização. O procurador-geral avalia ainda que a terceirização da atividade fim e a ampliação dos contratos temporários violam o regime constitucional de “emprego socialmente protegido” e outros itens da Constituição.

“É formalmente inconstitucional a Lei 13.429, de 31 de março de 2017, por vício na tramitação do projeto de Lei 4.302/1998, que lhe deu origem. Não houve deliberação, pela Câmara dos Deputados de requerimento de retirada da proposição legislativa, formulado por seu autor, o Presidente da República, antes da votação conclusiva”, cita a documentação entregue ao Supremo.

Sem que a Câmara avaliasse o pedido do Palácio do Planalto de retirada do projeto da pauta, Janot argumenta que houve “usurpação de prerrogativa, em afronta à divisão funcional do poder”. A situação, diz o procurador-geral, “colide com a Constituição”.

Mérito

Além de questionar a tramitação, o procurador-geral questiona o mérito do projeto. Ao Supremo, Janot argumenta que é inconstitucional a interpretação que autoriza a terceirização de atividade fim em empresas privadas e de órgãos da administração pública. “Tal interpretação viola o regime constitucional de emprego socialmente protegido”, cita a documentação. Também é mencionada violação à função social

constitucional da empresa, ao princípio isonômico nas relações de trabalho e também à regra constitucional de concurso público nas empresas estatais.

“A lei impugnada configura legislação socialmente opressiva e desproporcional, que incorre em desvio de finalidade, porquanto subverte os fins que regem o desempenho da função estatal, em violação do interesse público”, cita o documento assinado por Janot eletronicamente às 18h36 de segunda-feira (26).

Outro item analisado por Janot é a ampliação do período máximo dos contratos temporários de trabalho - que passaram de três meses para até nove meses. Para o procurador, a nova regra “rompe com o caráter excepcional do regime de intermediação de mão de obra, adotado pela norma revogada, viola o regime constitucional de emprego socialmente protegido e esvazia a eficácia dos direitos fundamentais sociais dos trabalhadores”. Além disso, o documento menciona descumprimento da Declaração de Filadélfia e de convenções da Organização Internacional do Trabalho.

Ação da Procuradoria é criticada por advogados

28/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ajuizada ontem pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a lei que libera a terceirização irrestrita nas empresas no País tem argumentos fracos, na avaliação de especialistas em direito trabalhista ouvidos pelo ‘Estado’.

Segundo Domingos Fortunato, do escritório Mattos Filho, o conteúdo da ação da PGR é muito politizado e reflete a visão do Ministério Público do Trabalho sobre o tema, mas avança pouco em relação às quatro ações que haviam sido abertas por associações e partidos. “Alguns casos de precarização acontecem, mas não se pode tomar como regra algumas questões eventuais. A regra hoje é ter empresas que ofereçam funcionários terceirizados já estabelecidas, e não há uma precarização. O texto da PGR parece ter um viés mais ideológico.”

Na ação, entre outros pontos, Janot argumenta que a lei “não garante isonomia de direitos entre trabalhadores terceirizados e empregados da contratante que exerçam idênticas funções (...) e não exige da contratante fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas”.

Para Otavio Pinto e Silva, professor da USP e sócio do Siqueira Castro Advogados, os argumentos utilizados em todas as ações são fracos. “Nunca se pode prever uma decisão do Judiciário, mas, pelos apontamentos que foram trazidos, no tocante do processo legislativo em si e em relação ao mérito, de que haveria uma precarização das relações de trabalho, nenhum dos argumentos é forte.”

“Por muito tempo, foi difundida a ideia de que terceirizar leva a uma precarização do trabalho, mas a maioria das empresas faz isso dentro de um modelo regulamentado que é adotado em outros países. A lei aprovada pode ter reparos, mas não vejo inconstitucionalidade”, diz a professora da PUC-SP e sócia do Romar Massoni & Lobo Advogados, Carla Romar.

Mas, para ela, apesar de não apresentar argumentos mais robustos, a ação da PGR põe um peso maior na discussão e reforça as iniciativas de sindicatos e partidos. “Só fica difícil fazer qualquer previsão sobre decisões do Judiciário, porque estamos vivendo no País um momento muito complicado.”

Apesar de também considerar os apontamentos de precarização do trabalho frágeis, José Carlos Wahle, do Veirano, avalia que um dos argumentos usados por Janot, de descumprimento do regimento interno da Câmara para aprovação do projeto,

precisaria ser estudado com um pouco mais de cuidado. "É uma questão que se arrasta há vários governos, mas é preciso ter certeza de que nenhuma regra interna foi violada."

Líderes divergem sobre calendário de votação da reforma trabalhista

28/05/2017 – Fonte: Senado Notícias



Líderes partidários discutiram na sessão plenária desta terça-feira a possibilidade de adiamento da votação da reforma trabalhista marcada para esta quarta na comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

[PLC 38/2017](#)

O líder da bancada do PMDB, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), pediu que a votação da reforma trabalhista seja adiada para a próxima semana. Renan pediu "bom senso" sobre o assunto, ao falar ao Plenário durante a ordem do dia desta terça-feira (27). O projeto da reforma (PLC [38/2017](#)) está na pauta da reunião desta quarta-feira (28) da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo Renan, o governo não pode obrigar o Senado a votar "da noite para o dia" a reforma trabalhista. Ele admitiu a necessidade das reformas, mas ponderou que o momento político é conturbado. O senador ainda lamentou o conteúdo da proposta, apontando que a reforma retira direitos do trabalhador, e fez críticas à condução política e econômica do presidente da República, Michel Temer.

- Precisamos de uma reforma trabalhista que atualize a legislação e de uma reforma das aposentadorias que viabilize a Previdência Social para a próxima geração – afirmou Renan, que ainda pediu uma reunião de líderes para esta quarta.

Para o senador, o acordo para o calendário de votação não deve ser usado para "revogar direitos do trabalhador". Ele disse que, se necessário, poderá alterar a composição da CCJ. Na visão de Renan, o PMDB não pode seguir sustentando um governo "que não tem credibilidade nenhuma". Ele chegou a manifestar apoio à sugestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – que propôs a renúncia de Temer e a antecipação das eleições diretas.

- O governo que está aí não tem condições de propor reformas para o país. O erro de Temer foi achar que poderia governar o Brasil influenciado por um presidiário de Curitiba – declarou Renan, em referência ao ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha. O senador Humberto Costa (PT-PE) manifestou apoio ao pedido de Renan e pediu que as votações da reforma sejam realizadas depois "de superada essa grave crise política".

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) também pediu bom senso diante do momento político, pois Temer "não tem legitimidade para propor reformas" e usa o cargo de presidente "como um *habeas corpus*".

O líder do PT, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que votar o projeto sem um debate profundo é "apequenar o papel do Senado". Já Magno Malta (PR-ES) pediu ao líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), relator da matéria na CCJ, que garanta a

edição de uma medida provisória (MP) com os ajustes acordados na reforma trabalhista.

Acordo

Em resposta aos questionamentos, Jucá disse que o governo se comprometeu a fazer os ajustes, seja por veto ou por meio de uma MP. De acordo com Jucá, o acordo precisa ser cumprido, pois o relator do projeto da reforma trabalhista nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), fez um "excelente trabalho".

O líder do governo discordou da posição de Renan Calheiros e disse não apoiar mudanças no projeto na CCJ. Na visão de Jucá, a matéria não é mais do Executivo, pois "agora é do Senado". O senador negou que a proposta tire direitos do trabalhador e afirmou que, na verdade, a reforma vai gerar empregos.

- Temos um acordo. Vamos votar amanhã [quarta-feira, 28, na CCJ]. A partir daí, é com o presidente Eunício – disse Jucá.

Ricardo Ferraço entende que a votação não deve ser adiada. Para o senador, a reforma é de grande interesse do país e representa a modernização das leis trabalhistas. Ele lembrou que há um calendário de votação pactuado, mas admitiu que a posição do governo "é insustentável".

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) também defendeu a manutenção do cronograma de votação, ao apontar que é "justo cumprir o que foi acordado". O líder do PSDB, Paulo Bauer (PSDB-SC), manifestou apoio ao governo e disse que as reformas precisam avançar. Para Bauer, a reforma trabalhista significa a preservação dos direitos do trabalhador e a valorização do trabalho.

- Não podemos esperar. Estamos votando para gerar mais empregos no país. Os votos do PSDB estarão lá para confirmar a reforma – declarou Bauer.

Artigo: Fazer parte do STF é honra suprema

28/05/2017 – Fonte: Folha de S.Paulo



Sessão do Supremo Tribunal Federal

Aprendi a admirar o professor Oscar Vilhena Vieira, que, infelizmente, conheço apenas pela leitura de seus excelentes artigos publicados aos sábados na Folha e pelo seu brilhante protagonismo em eventuais discussões televisivas. Peço licença para discordar ligeiramente de suas conclusões no [seu artigo de 24/6](#), no qual fui citado.

Vilhena tem razão quando interpreta que a minha afirmação "a paixão política costuma cobrar caro sua imprevidência" referia-se ao STF.

Não creio, entretanto, que ele tenha razão ao generalizá-la para os julgamentos de qualquer outro nível (sob os quais existe controle "superior"), mesmo porque todos conhecemos a arte da "exegese criativa" que usa a ética "consequencialista" (veja-se, por exemplo, como, com uma lógica digna de hospício, um aumento fixo e absoluto

de R\$ 60 para todos os funcionários foi "transformado de forma coerente e imparcial", por tribunais superiores, num aumento de 13% sobre todos os salários do Judiciário!). Em 1986, em plena Constituinte, tentei me convencer das virtudes e dos riscos de sacralizarmos o STF, colocando sobre os ombros de 11 brasileiros o papel moderador e controlador das relações independentes (mas harmônicas) entre os três Poderes da República.

Na Constituinte não tivemos, infelizmente, nenhum constitucionalista consagrado para nos transmitir suas lições. O argumento pragmático que venceu minha resistência foi o de que estávamos vivenciando um fato: qualquer cidadão poderia, por circunstâncias especiais ou por acidente, chegar a qualquer cargo, mesmo à Presidência da República!

Diante disso, decidi que a suprema honra que a nação pode prestar a um cidadão é escolhê-lo para o STF e colocar-lhe nas mãos 1/11 do seu destino. Uma vez aprovado, ele não tem mais passado. Só tem futuro nas "nuvens": será imortal enquanto seus pares (presentes e futuros) o reverenciarem citando as lições que incorporou aos seus votos. Essa é a sua única e definitiva recompensa. A "responsabilidade", seu único fardo...

Na minha modestíssima opinião de medíocre constituinte, o STF não deve ser eleito pela "vox populi" porque esta, em geral, quer "vingança", não "justiça". É "escolhido" indiretamente, por meio de um filtro mais restrito, por agentes eleitos por ela.

Trata-se de seleção de segundo grau, elitista, rigorosa e sem concurso público dos membros da única instituição que pode errar por último e da qual não caberá recurso! É por isso que deve fundamentar suas decisões analisando, explicitamente, as consequências a curto e longo prazo das alternativas que tem à sua disposição (pense nas "consequências" para o sistema eleitoral da sua recusa, por motivos metafísicos, da regra de barragem).

(Antônio Delfim Netto - ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Deficit da Previdência supera gastos com saúde e investimentos

28/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



As projeções do governo indicam que o deficit da Previdência Social alcançará R\$ 202 bilhões no ano que vem, mais do que o valor gasto com saúde ou em investimentos públicos.

Pelos números do governo, o deficit da Previdência já em 2017 será de R\$ 184 bilhões. Com saúde e com investimentos, como melhorias em estradas ou construção de novos hospitais, o governo prevê gastar R\$ 104 bilhões e R\$ 26 bilhões, respectivamente, em 2017.

"Vê-se que a composição do nosso Orçamento é incompatível com as necessidades da sociedade brasileira", afirmou o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Em discussão sobre o Orçamento de 2018, em tramitação no Congresso, Oliveira afirmou que o ritmo de crescimento das despesas com a Previdência preocupa. Nos últimos quatro anos, disse ele, o deficit se multiplicou por quatro.

"É uma despesa descontrolada no Orçamento público, que está comendo o orçamento de outras áreas", afirmou.

A Previdência é hoje a maior fonte de gastos do governo, segundo dados apresentados pelo ministro. Superior até à despesa pública com o pagamento de juros.

Neste ano, o governo prevê gastar R\$ 730 bilhões com aposentadorias, pensões e benefícios sociais. Com juros, R\$ 437 bilhões.

Com a vigência do teto de gastos do governo, instituído no ano passado e cujos efeitos repressivos passam a ser visíveis a partir de 2019, a redução dos gastos com a Previdência, prevista na reforma, será indispensável.

O teto de crescimento do gasto público estipula que, se uma despesa crescer além do limite, outra área do governo tem que cortar para compensar.

Com o crescimento acelerado dos gastos com a Previdência, economistas já indicam que, sem a reforma, outras áreas do governo serão engolidas.

Em audiência pública para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, Oliveira afirmou que a situação das contas do país é "gravíssima".

Até 2020, quando o governo prevê voltar a ter receitas acima das despesas, serão seis anos seguidos no vermelho. E mesmo este cenário negativo, disse ele, depende da volta do crescimento econômico e das reformas.

Embora nos bastidores integrantes do governo já indiquem que a previsão oficial de crescimento econômico em 2017 e 2018 será revista para baixo, em razão da crise política, Oliveira afirmou que esta avaliação será feita e apresentada no fim de julho.

Ele optou por apresentar projeções feitas antes da delação de Joesley Batista e do terremoto que as suas denúncias provocaram no governo do presidente Michel Temer. Oliveira reafirmou o compromisso do governo com a meta de deficit de R\$ 139 bilhões neste ano, apesar da descrença de boa parte de economistas e analistas do mercado financeiro.

A desconfiança se baseia em uma arrecadação de impostos ainda fraca e na dificuldade enfrentada pelo governo em aprovar no Congresso medidas que reduzam gastos.

O governo está buscando receitas, como o de precatórios (que devem render pouco mais de R\$ 8 bilhões neste ano), e o ministro acrescentou que está em curso uma análise nos programas do governo, a fim de reduzir gastos.

Um exemplo é a revisão dos benefícios de auxílio doença que, segundo o Planejamento, provocará uma economia de R\$ 2 bilhões por ano.

Apesar da denúncia do Ministério Público contra o presidente, que leva o governo a concentrar esforços em sua sobrevivência, o ministro disse não acreditar que as reformas estão congeladas no Congresso.

"O Congresso Nacional não vai ficar tratando exclusivamente deste assunto [denúncia contra o presidente]. Tem várias pautas e discussões que andam ao mesmo tempo. Não compactuo com esse diagnóstico de que o Congresso vai ficar paralisado."

Em encontro com Eunício, parlamentares definem mudanças que podem valer nas próximas eleições

28/05/2017 – Fonte: Senado Notícias



Senadores e deputados discutiram nesta terça-feira mudanças nas regras eleitorais que podem entrar em vigor em 2018. Os parlamentares participaram de um almoço para discutir o assunto na residência oficial do presidente do Senado, Eunício Oliveira. Para valer nas eleições do ano que vem, a reforma política precisa ser aprovada pelas duas casas do Congresso até setembro deste ano.

Três pontos estão mais perto de um acordo: a criação de um novo fundo para o financiamento das campanhas eleitorais; a proibição de coligações partidárias para as eleições proporcionais; e uma cláusula de barreira para que os partidos políticos tenham acesso ao fundo partidário e ao tempo de rádio e TV.

Outra mudança prevista é na eleição para o Legislativo. Pela regra atual, os deputados são eleitos pelo sistema proporcional, em que os votos vão para os partidos e as coligações.

Nesta terça-feira, senadores e deputados discutiram a implantação do sistema distrital misto a partir de 2020: metade dos parlamentares continuaria sendo eleita de forma proporcional, enquanto a outra metade chegaria à Câmara pelo voto majoritário em distritos eleitorais.

O que ainda falta definir é o que fazer em 2018. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), foi o relator da reforma política no Senado. Ele sugere que a Câmara aprove uma regra de transição.

— A eleição de 2018 será algo que os deputados definirão. Essa decisão será tomada no voto. Eu não vi uma maioria marcante para definir um modelo. O Senado vai acatar aquilo que os deputados definirem, porque a eleição dos senadores já é majoritária — disse Jucá.

Durante o encontro, os parlamentares também discutiram a convocação de um plebiscito em 2020 para confirmar a criação do novo fundo para o financiamento das eleições. Para o presidente do Senado, a proposta pode enfrentar resistência na sociedade.

— Essa é uma matéria que tenho muita dificuldade de tratar. Se não encontrarmos primeiro qual o sistema político para 2018, como vamos discutir um fundo extra para financiar eleições.

Não sei se a sociedade vai compreender você usar recursos novos para o financiamento de campanha num momento de dificuldade, crise e desemprego — afirmou Eunício.

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), participou do almoço desta terça-feira. Ele disse que as comissões que tratam da reforma política na Câmara devem votar as matérias antes do recesso parlamentar, marcado para começar no dia 17 de julho.

Senado aprova tratado de Previdência entre Brasil e Luxemburgo

28/05/2017 – Fonte: Senado Notícias



- Proposições legislativas
 - [PDS 10/2017](#)

O Senado ratifica nesta terça-feira (27) o acordo sobre Previdência Social entre Brasil e Luxemburgo. O tratado, assinado em Luxemburgo, em 2012, estende aos trabalhadores de cada país, residentes no território do outro, o acesso ao sistema de Previdência local. Agora, o texto ([PDS 10/2017](#)) segue para a promulgação.

Negociado pelos ministérios responsáveis pela Seguridade Social e pelas chancelarias dos dois países, o acordo foi firmado com o objetivo principal de permitir aos trabalhadores que contribuíram para os dois sistemas somar os períodos de contribuição para que atinjam o tempo mínimo necessário à obtenção de aposentadorias e outros benefícios previdenciários.

Pelo texto, cada sistema pagará a quantia ao beneficiário em sua própria moeda equivalente ao período de contribuição efetuado no respectivo país, proporcionalmente ao tempo de recolhimento.

A aprovação do instrumento ajudará a sinalizar a prioridade que os governos dos dois países dão à assistência às suas comunidades expatriadas, especialmente diante da recente crise que atinge, com intensidade variada, os países europeus.

Em seu relatório, o senador Paulo Paim (PT-RS) argumenta que, com o aumento dos movimentos migratórios, esses acordos se revelam pertinentes, pois muitos trabalhadores dividem sua carreira profissional, passando a contribuir para sistemas previdenciários distintos. Para Paim, atualmente, esses trabalhadores com frequência não completam os requisitos em um país isoladamente, para obtenção da aposentadoria ou outros benefícios.

Custo da matéria-prima e carga tributária são gargalos da indústria do trigo

28/05/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Apesar das dificuldades, industriais paranaenses do setor têm investido e avançado em qualidade



Versão atualizada do Panorama Setorial da Indústria do Trigo foi lançado nesta segunda-feira (26) pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) e Sindicato da Indústria do Trigo (Sinditrigo).

O custo da matéria-prima, a carga tributária elevada e a concorrência internacional são as principais preocupações dos empresários da cadeia produtiva da triticultura no Paraná. Apesar destas dificuldades, o setor tem avançado.

Os industriais do setor investiram R\$ 1 bilhão nos últimos 10 anos e a indústria do trigo paranaense tornou-se referência em todo o Brasil. Os investimentos, no entanto, foram direcionados mais ao processo produtivo e menos em inovação e lançamento de novos produtos, onde há espaço para mais avanços.

As informações constam da versão atualizada do Panorama Setorial da Indústria do Trigo, lançado nesta segunda-feira (26) pela Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) e Sindicato da Indústria do Trigo (Sinditrigo).

“A queda na atividade econômica que afetou, em maior ou menor grau, todos os segmentos, não poupou a cadeia produtiva do trigo. O setor tem inúmeros desafios a serem superados e o Panorama Setorial traz informações relevantes para auxiliar no planejamento de estratégias, na tomada de decisões e na implantação de ações que impulsionem os negócios do setor”, disse o presidente da Fiep, Edson Campagnolo.

“Este estudo é muito representativo porque foi construído não apenas com base em dados de organismos oficiais, mas também com informações coletadas juntos aos industriais”, disse Reinaldo Tockus, superintendente da Fiep, durante o lançamento. “Esperamos que este estudo seja um instrumento de direcionamento para toda a cadeia produtiva do setor e que possa fazer diferença em seus negócios”, frisou.

“O Paraná tem vocação e tradição em moagem de trigo e produção de farinha. A tecnologia no campo também evoluiu muito nos últimos anos, o que nos permite produzir vários tipos de farinha com muita qualidade e para diversas finalidades, como varejo, panificação e indústria de massas e biscoitos”, destacou Daniel Kümmel, presidente do Sinditrigo.

Segundo ele, a farinha de trigo produzida no Paraná está presente hoje em pelo menos 15 estados brasileiros. “A produção e a participação do Paraná no Brasil pode crescer porque nossa capacidade instalada permite ainda um aumento de 20% na moagem”, disse.

O presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), Marcelo Vosnika, destacou a importância da união do setor. Segundo ele, não existe uma empresa sozinha obtendo êxito e colhendo resultados se uma indústria não estiver bem. Vosnika defendeu a atração de investimentos para a instalação de indústrias dos demais segmentos da cadeia produtiva para o Paraná.

“Hoje exportamos praticamente toda a farinha que produzimos para os estados do Sudeste que a transformam em produtos com maior valor agregado, como massas e biscoitos. Podemos atrair estas indústrias para o Paraná e agregar valor à produção dentro de nosso Estado”, disse.

De acordo com dados da Fiep, a cadeia industrial do trigo reúne 1.461 estabelecimentos industriais no Paraná que geram 23.712 empregos. Nestes números estão representados os moinhos que transformam o trigo em farinha e as indústrias que processam a farinha e a transformam em pães, biscoitos e massas.

Rodrigo Boaventura, diretor da Infasa Indústria de farinha, de Santa Tereza do Oeste, acompanhou o lançamento da segunda edição do Panorama Setorial da Indústria do Trigo e disse que o estudo atualizado vai contribuir para avaliar os resultados dos investimentos feitos pelo setor nos últimos anos.

“O setor investiu bastante nos últimos anos e agora precisamos avaliar os reflexos disso”, disse. Ele aponta como gargalos do setor a falta de crédito especialmente para

capital de giro e o elevado custo do pedágio que prejudica a competitividade da indústria paranaense. "A indústria do trigo precisa manter estoques elevados, o que gera um custo significativo", pontuou.

Produtividade alta

O engenheiro agrônomo, doutor em Administração e especialista em cadeias de valor do agronegócio, e diretor da consultoria Agroicone, André Nassar, fez um comparativo da produtividade da indústria paranaense com a média nacional. Segundo ele, o Paraná é mais produtivo.

"No Paraná, cada trabalhador da indústria moageira gera R\$ 800 milhões de receita ao ano, enquanto na média brasileira esta receita é de R\$ 650 milhões por trabalhador", comparou. Mesmo assim, para Nassar, que já foi secretário de política agrícola do Ministério da Agricultura, ainda há espaço para melhorar a produtividade e a automação, com ganho de escala na indústria.

Nassar disse que um fator limitante para a indústria de farinha é a disponibilidade do trigo e hoje o produtor rural precisa ser incentivado a optar por esta lavoura. "O trigo é uma cultura de alto risco e, por isso, o produtor precisa ter acesso ao seguro rural", enfatizou.

Segundo ele, o Paraná chegou ao limite em termos de área agricultável. "São 9 milhões de hectares cultivados e isso não deve aumentar. Portanto, o preço do produto e a política agrícola serão fatores decisivos para o produtor escolher qual lavoura vai cultivar".

De acordo com Nassar, tanto para o produtor rural quanto para a indústria do setor seria muito interessante que tivesse mais disponibilidade de crédito e seguro para a lavoura do trigo.

"Se o produtor rural tivesse acesso ao seguro agrícola e ao crédito para plantar trigo teria menos propensão a buscar outras lavouras", disse. "A verdade é que os bancos estão fugindo do financiamento desta lavoura. Não sabemos ao certo se é pelo fato de ser uma lavoura de risco ou se pelo fato de o crédito estar mesmo muito escasso", pontuou.

Ataque cibernético global atinge computadores também no Brasil

28/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Hospital do Câncer de Barretos foi uma das instituições afetadas pelo ciberataque global causado pelo ransomware – tipo de vírus que "sequestra" computadores – em todo o mundo. Todas as unidades do hospital em Barretos, Jales e Porto Velho foram afetadas, e várias unidades de prevenção espalhadas pelo Brasil também. Assim, o atendimento dos 6 mil pacientes diários do complexo hospitalar foi prejudicado, embora não tenham sido interrompidos.

De acordo com o diretor clínico do hospital, Paulo de Tarso, todos os mil computadores de Barretos foram infectados às 9h desta terça-feira, 27. Os pacientes que estavam internados não foram prejudicados, já que seus exames já tinham sido feitos e registrados no sistema.

Ao longo do dia, porém, o atendimento de novos pacientes teve de ser feito manualmente, com médicos indo buscar pessoalmente os resultados no laboratório interno ao hospital.

Segundo o diretor, os pacientes que tinham consultas médicas e sessões de radioterapia agendadas foram os mais prejudicados. Como os médicos não podiam ver informações no sistema, não puderam dar andamento ao tratamento por causa do

resultado de exames. No total, 350 pacientes em tratamento radioterápicos na cidade de Jales e Barretos também não realizaram suas sessões de radioterapia.

“Não conseguimos acessar as informações através das unidades afetadas, mas os dados dos pacientes estão seguros no nosso sistema”, disse o diretor, em entrevista ao jornal “O Estado de S. Paulo”. Os procedimentos cirúrgicos agendados para esta terça-feira foram realizados, bem como todas as sessões de quimioterapia. Os sistemas devem voltar a funcionar até esta quarta-feira, 28, já que a equipe de tecnologia trabalha na solução do problema.

Além do hospital, a operação brasileira da MSD, multinacional norte-americana do segmento farmacêutico, também foi afetada pelo ciberataque. Em nota enviada à imprensa, a empresa confirmou que a rede de computadores foi comprometida pelo ataque cibernético e que está investigando o assunto.

Segundo apurou o jornal, a equipe de tecnologia da farmacêutica orientou os funcionários a manterem seus computadores desligados durante toda a terça-feira, mas que amanhã o problema deve estar solucionado. Apesar dos problemas na operação, o atendimento aos clientes da empresa não foi afetado.

Dyogo: governo deve reavaliar projeções para PIB de 2018 em agosto

28/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

O governo deve reavaliar suas projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2018 em agosto, quando enviará o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano que vem ao Congresso Nacional, afirmou nesta terça-feira, 27, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

A estimativa atual é de que o País vai crescer 2,5% no ano que vem, número que foi questionado por parlamentares hoje em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O Boletim Focus desta semana mostra que a projeção dos economistas é de avanço de 2,1%.

“A revisão para o ano que vem será feita no momento do envio da LOA, em agosto. Já a revisão (do PIB) para 2017 será feita na revisão bimestral regular de julho”, disse. Para este ano, a estimativa é de crescimento de 0,5%. “Será feita a revisão, não estou dizendo que vai haver redução”, acrescentou o ministro.

Dyogo ainda refutou impactos da denúncia contra o presidente Michel Temer na capacidade de cumprir a meta fiscal deste ano, que é de um déficit de R\$ 139 bilhões. “Não há uma conexão imediata entre esses fatores. A evolução das receitas e das despesas será feita no momento da reavaliação em julho, quando poderemos verificar a necessidade de adoção de medidas. Mas evidentemente que isso agora não está sendo cogitado”, disse.

Ele ressaltou ainda que a equipe econômica segue buscando receitas adicionais, como o resgate de precatórios não sacados pelos beneficiários, que podem render R\$ 8,6 bilhões. O projeto precisa ser aprovado pelo Senado.

O ministro afirmou que o governo continua determinado a aprovar as reformas, sobretudo a trabalhista e a da Previdência. “Até é importante mencionar a auditoria que o TCU (Tribunal de Contas da União) concluiu recentemente corroborando os dados do governo e mostrando que projeções de crescimento da despesa estão absolutamente coerentes”, disse Dyogo. “A necessidade da reforma da Previdência é iminente.”

A possibilidade de paralisia do Congresso Nacional diante da apresentação da denúncia contra Temer foi rechaçada pelo ministro. “Tudo terá seu momento de discussão, o

Congresso Nacional também não vai ficar tratando exclusivamente desse assunto (denúncia). Tem outras pautas que tramitam ao mesmo tempo. Não compactuo desse diagnóstico de que o Congresso vai ficar paralisado”, afirmou.

Mais cedo, durante a audiência pública, o ministro havia ressaltado que o governo não está realizando resultados primários que ajudem a pagar a menos parte dos juros da dívida. “Estamos tomando R\$ 500 bilhões para rolar a dívida”, disse.

Questionado pela oposição, Dyogo disse não achar necessária a criação de um limite para a dívida pública, pois o governo já conta com vários instrumentos de disciplina fiscal. “Um limite para a dívida geraria mais constrangimentos à condução da política econômica do que trazer efetivamente resultados”, justificou.

Os juros no Brasil das pernas quebradas

28/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O BANCO CENTRAL anda dizendo que quebrou a espinha da inflação. Qual o risco de agora quebrar ainda mais as pernas da economia, já trituradas por mais de três anos de recessão?

Isto é, qual o risco de o BC ir devagar demais com o andor da "sua" taxa de juros? Essa discussão voltou a ferver, pois:

- 1) O país corre o risco de uma recaída na recessão;
- 2) As taxas de juros no atacado de dinheiro, onde bancos fazem negócios, subiram faz quase mês e meio. O BC vai chancelar a alta?

A economia vive a pão e água. O pão é a redução da taxa básica de juros, quase o único estímulo disponível para colocar de pé a atividade produtiva.

Pode faltar pão, por excesso de prudência do BC?

Os economistas mais certos nos chutes informados a respeito do futuro da inflação estimam que o IPCA vai abaixo de 2,94% neste 2017 e a 4% em 2018. As "expectativas" estão sob controle. Mas as equações do Banco Central insistem em discordar. Projetam inflação maior.

Além de discordar nos números, o BC em suas artes teme que a morte provável das reformas abale a crença no controle de deficit e dívida federais; mais imediatamente, pode jogar o preço do dólar para cima, com prejuízos para as expectativas de inflação. Isto implica em tese taxas de juros mais altas.

O povo da finança, em especial nos bancos maiores, não acredita tanto nisso, ressalte-se, mas o BC acha que o pessoal está otimista.

Os juros "do BC" não podem fazer grande coisa pelo PIB deste ano e, talvez, nem tanto quanto se gostaria pelo PIB de 2018. O problema é que o risco de o país passar por um quinto ano de recessão não é mais desprezível (isto é, outro ano de queda ou estagnação do PIB per capita).

Pode ser que o BC tenha esquentado a água (baixado os juros), que ainda apenas não teria saído pela torneira. Baixas de juros levam tempo para fazer efeito maior (um ano, por aí), e o BC começou o corte para valer na virada do ano.

Mas pode ser que a água vaze ou pare no cano entupido.

Nos bancos, a baixa dos juros começou apenas em abril. Não se sabe o que aconteceu depois, mas, antes mesmo do tumulto político de maio, os bancos maiores previam retranca até o trimestre final do ano. O consumidor, endividado, também se retrai.

Como diz o jargão dos economistas, o "canal do crédito está entupido".

Medo de estouro do dólar? Hum. O BC tem US\$ 376 bilhões em reservas (20% do PIB) e bala na agulha de swaps cambiais. O deficit externo (em conta-corrente) cai de modo abissal, de 4,4% do PIB em maio de 2015 para 0,96% do PIB no mês passado.

Isso sem desvalorização grande do real ou termos de troca viajando à Lua (isto é, bons preços para os produtos brasileiros). Essa redução se deve apenas ao congelamento da economia.

O "canal do câmbio" não parece que levará água para a bacia da inflação.

Sempre pode haver um pânico financeiro, claro, com o colapso da crença em uma arrumação da política econômica ou coisa pior, por exemplo. Nesse caso, quase tudo terá ido à breca, tanto faz se o BC tenha baixado, sei lá, um ponto e meio de juros além da conta. Aí, a conversa seria outra.

O risco que começa a aparecer é o de uma depressão.

(Vinícius Torres Freire – Colunista da Folha de S. Paulo)

'Antecipar medida não contribui em nada para o cenário', diz Dyogo sobre a Cide

28/05/2017 – Fonte: Tribuna PR

Em meio à pressão para que o governo eleve a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide) sobre a gasolina, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afirmou nesta terça-feira, 27, que o governo vai "fazer as medidas adequadas e necessárias no seu momento".

O ministro não descartou a possibilidade de adotar essa iniciativa, disse apenas que "antecipar medida não contribui em nada para o cenário", logo após participar de audiência pública sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018.

Durante a audiência, Dyogo ressaltou que o cenário fiscal do País ainda é gravíssimo. Uma elevação da Cide neste momento proporcionaria receitas adicionais para o governo federal, que enfrenta dificuldades já neste ano para cumprir a meta fiscal. Do ponto de vista de inflação, não há grandes obstáculos, já que o índice tem alta acumulada de 3,52% em 12 meses até junho, de acordo com o IPCA-15.

Representantes do setor sucroalcooleiro também defendem o aumento da Cide sobre a gasolina, como forma de "correção de preços relativos", uma vez que o etanol está menos competitivo.

Restos a pagar

Dyogo Oliveira explicou ainda que o governo estuda a possibilidade de prorrogar o prazo de cancelamento de restos a pagar de convênios que não estão sendo executados. "Estamos avaliando se pode ou não fazer.

É que tem convênios com cláusulas suspensivas e não executados", disse. O prazo para o bloqueio, segundo Oliveira, é 30 de junho.

Brasil vai contra a realidade ao insistir em juros altos, diz Lara Resende

28/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O Brasil está há mais de 20 anos, desde o Plano Real, com uma taxa de juros absurdamente alta, que causa perplexidade a todo mundo, mas economistas e gestores públicos continuam insistindo nisso, afirmou nesta terça-feira (27) o economista André Lara Resende, ex-diretor do Banco Central e um dos formuladores do Plano Real.

"É aquela coisa da loucura: vamos insistir porque o que deve estar errado é a realidade e não a teoria. Teoria, não, regra de bolso", disse, durante debate sobre o seu novo livro "Juros, Moeda e Ortodoxia", no Insper.

No livro, o economista defende que os juros nominais podem ser sinalizadores importantes da inflação, conclusão que contraria a visão ortodoxa que enxerga os juros altos justamente como principal instrumento de combate aos preços altos. A obra tem causado discussões acaloradas e atraído muitas críticas.

Para Lara Resende, muitos economistas, quando vão fazer política pública ou política monetária param de pensar e passam a usar "regra de bolso."

Contando o caso de uma entrevista que deu recentemente, em que foi lembrado que juros mais baixos levaram à maior inflação alcançada nos últimos anos, durante o governo de Dilma Rousseff, Lara Resende disse que as pessoas se agarram a "raciocínios simplistas como se milhares de outras coisas não acontecessem simultaneamente."

"Já estávamos com recessão há dois anos e meio, 14% de desemprego, colapso no investimento, a economia completamente afundada e a inflação fixa. E se diz que a inflação caiu agora porque o juro subiu", disse ele, com ar de perplexidade.

Quando o atual presidente do Banco Central assumiu, afirmou, ele subiu um pouco os juros para, ato contínuo, começar a derrubá-lo.

Segundo ele, é comum se assumir que a política do Banco Central derrubou a inflação. "Não estou dizendo que foi ou não. Mas isso não é passível de ser dito no olhómetro". As duras críticas não foram feitas apenas aos juros elevados e à visão ortodoxa da política monetária.

Diante de um auditório lotado por estudantes e também por figuras emblemáticas no meio, como o banqueiro Fernão Bracher e o ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, Lara Resende não poupou o que chamou de "matematização excessiva" da macroeconomia.

Editoria de Arte/Folhapress

INFLAÇÃO

Meta no Brasil é alta em relação às de outros países



"Macroeconomia hoje é uma brincadeira perigosa porque as pessoas usam a formalização [matemática] como espécie de legitimidade a opções políticas e dizem: 'não venha discutir comigo porque você não entende'".

E seguiu dizendo que "nada tem mais capacidade de impostura como um quadro cheio de equações."

Segundo ele, a barreira da matemática é usada para evitar discussões. "E quem sabe fala, 'não vou trair a classe'".

Presentes ao debate, o presidente do Insper e colunista da **Folha**, Marcos Lisboa, e o economista e também colunista Samuel Pessôa apontaram o que sentiram falta no livro.

Para Lisboa, a discussão seria mais empírica, ou seja, mais focada no que se aplica ao comportamento da taxa de juros e da inflação no caso específico, por exemplo, do Brasil.

Na mesma linha, Pessôa disse que, do ponto de vista empírico, há suporte sólido do modelo econômico tradicional, sem motivos para abandoná-lo.

Mas há uma concordância geral, disse Lisboa, de que o grande nó da política econômica é a questão fiscal.

Vale aprova reestruturação que pulveriza controle da empresa

28/05/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Apesar de resistências de um grupo de minoritários e de participantes de fundos de pensão, a Vale aprovou nesta terça (27) sua proposta de reestruturação societária, que põe fim ao bloco de controle da empresa, hoje em mãos do Bradesco e de fundos de pensão.

Em assembleia, os acionistas votaram sete propostas, que representam a primeira fase da reestruturação, anunciada em fevereiro com o objetivo de fortalecer a governança da companhia e permitir seu acesso ao Novo Mercado da bolsa de São Paulo.

Com a aprovação, as ações preferenciais deixarão de existir, sendo convertidas em ordinárias (com direito a voto). Esse foi o tema que apresentou maior rejeição, com voto contrário dos detentores de 22% das ações.

Os termos de conversão foram alvo de reclamação do fundo Capital Group, que tem uma fatia de 12% da mineradora. Em questionamento à CVM (Comissão de Valores Mobiliários), o fundo pediu adiamento da assembleia, mas o pedido foi negado na última sexta (23).

Participantes da Funcef, o fundo de pensão dos empregados da Caixa Econômica Federal, também questionaram a operação na CVM. O pleito ainda está em análise. Agora, a Vale dá início ao prazo de 45 dias para que os detentores de um número mínimo de 54,09% das ações preferenciais aceitem aderir à conversão, na qual trocarão cada ação por 0,9342 ação ordinária.

A proposta prevê ainda a incorporação da Valepar, controlada por Bradesco, Mitsui e os fundos Funcef, Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcesp (Cesp) à Vale, eliminando o bloco de controle da companhia.

O acordo limita a 25% a participação máxima de um único acionista na empresa. O investidor que quiser ter mais do que isso terá que fazer oferta para comprar a fatia de todos os demais.

Para acionistas, a medida reduzirá a possibilidade de interferência política na mineradora, que desde a privatização, há 20 anos, vem sofrendo pressões por nomeação de executivos e pela realização de investimentos.

Embora haja focos de resistência entre os participantes –que temem a queda do valor das ações com o fim do prêmio de controle– os fundos veem na operação uma chance de levantar dinheiro com a venda das ações da mineradora, que era dificultada pelo acordo de acionistas.

Para a Previ, por exemplo, a mudança era considerada essencial para viabilizar o pagamento de aposentadorias, já que seu principal plano, o Plano 1, é detentor de 15,5% do capital da Vale e estava "preso" ao bloco de controle.

Com a mudança, boa parte das ações estará livre para negociação a partir de fevereiro de 2018.

A Funcef, que votou a favor da reestruturação, também conta com a possibilidade de venda de ações da empresa. O fundo é detentor de 12,8% da Litel, veículo pelo qual os fundos participam do controle da mineradora.

A Petros diz que o novo acordo garante maior liquidez para seu principal plano, o Plano Petros do Sistema Petrobras, que concentra 80% do investimento na mineradora e hoje tem déficit no pagamento de dividendos.

ENTENDA

Pela proposta, as ações preferenciais deixarão de existir, sendo convertidas em ordinárias (com direito a voto). E a Valepar, empresa detida por Bradesco e pelos fundos e que exerce o controle da mineradora, será incorporada pela Vale.

Assim, não haverá mais um bloco de controle definindo os rumos da companhia, o que reduz também os riscos de ingerência política na gestão –hoje, o governo exerce influência por meio dos fundos e do BNDESPar, que também é acionista.

Pelo acordo, um investidor só poderá ter 25% do capital da Vale. Quem quiser ter mais precisará fazer uma oferta para comprar a fatia de todos os demais acionistas. A ideia é concluir o processo até o final de 2017. O acordo prevê um período de transição até 2020, no qual parte das ações ficam congeladas.

ALÍVIO

A mudança na estrutura da Vale resolve um problema para os fundos, que estiveram às voltas com rombos bilionários. Hoje, Previ (dos funcionários do BB), Funcef (Caixa), Petros (Petrobras) e Funcesp (Cesp) detêm ações na Vale por meio da Litel –que por sua vez é sócia da Valepar. Com esse modelo, os fundos não podem vender ações a qualquer tempo na Bolsa.

Para a Previ, a mudança era essencial para viabilizar o pagamento de aposentadorias. A fatia na Vale é o principal ativo do Plano 1, o maior de seus planos, que tem 15,5% do capital total da Vale. Tal fatia, porém, está "presa" no bloco de controle.

Com a mudança, boa parte das ações estará livre para negociação a partir de fevereiro de 2018, diz a Previ. O restante estará livre em 2020.

O Plano 1 teve rombo de R\$ 13,9 bilhões em 2015, mas os resultados haviam sido revertidos até novembro de 2016.

A Funcef, que tem 12,8% da Litel, também comemorou a possibilidade de ter opções para a venda de sua fatia, destacando em nota que metade das ações ordinárias poderá ser negociada na Bolsa após seis meses.

Receita Federal facilita restituição do Simples Nacional e do Micro Individual

28/05/2017 – Fonte: GS Notícias



A Receita Federal publicou hoje (27), no Diário Oficial da União, a Instrução Normativa RFB nº 1712 para simplificar a restituição de tributos do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual (MEI). A medida estará disponível a partir de 30 de junho e beneficia mais de 11 milhões de optantes.

Segundo a Receita, na nova sistemática, o contribuinte que tenha efetuado pagamento indevido ou em valor maior do que o devido, referente aos tributos federais administrados pela Receita Federal pode solicitar a restituição diretamente no portal do Simples Nacional, no endereço eletrônico da Receita.

Com o pedido eletrônico, o procedimento de auditoria do crédito e do pagamento da restituição estará concluído em até 60 dias da data do pedido, para os casos regulares, informou a Receita. Pelo portal, também será possível acompanhar o pedido de restituição.

"A nova sistemática de restituição automatizada do Simples Nacional e do MEI, evita a necessidade de o contribuinte deslocar-se a uma unidade de atendimento para entregar o seu pedido de restituição e garante celeridade na restituição, o que atende

diretriz da Receita Federal para a simplificação e redução de tempos de processos", disse a Receita, em nota.

De acordo com o órgão, a restituição automatizada do Simples Nacional e do MEI integra o conjunto de medidas microeconômicas que foi anunciado no final de 2016 e que visa a melhoria do ambiente de negócios do país.

Nova geração de carros com motores mil tenta cair no gosto do brasileiro

28/05/2017 – Fonte: GS Notícias

Com apelo de baixo consumo de combustível sem perda de desempenho, montadoras esperam vencer a resistência do consumidor e emplacar de vez as versões modernas dos automóveis 1.0



As montadoras tentam vencer a resistência do brasileiro ao carro 1.0, antes visto apenas como a opção mais barata do mercado. A nova geração de motores "mil" vende o apelo de economia de combustível sem perda de desempenho para atrair o consumidor.

Um dos principais diferenciais dos novos modelos 1.0 é a redução do tamanho do motor e do número de cilindros (o chamado downsizing), aliada a outras tecnologias, o que proporciona menor consumo sem perda de performance.

Para o especialista de marketing do produto da Volkswagen do Brasil, Leandro Oliveira, o conceito de automóveis "mil" do passado ficou para trás. "Hoje, o consumidor da nossa marca não tem mais resistência aos carros 1.0 porque nossos modelos entregam eficiência energética e potência", garante.

O consultor da Sell-Out 3, Arnaldo Brazil, explica que, diferente da Europa, no mercado brasileiro os automóveis 1.0 sempre foram uma necessidade. "O poder aquisitivo é o que levava o consumidor a comprar um carro mil." Em meados da década de 1980, casos mal sucedidos de ultrapassagem e de "subida da serra" transformaram os automóveis 1.0 em verdadeiros estigmas.

"À época, um carro 1.0 brasileiro tinha cerca de 50 cavalos de potência. Hoje, esse quadro mudou", observa.

Com tecnologias que incluem, por exemplo, injeção direta e motores feitos em grande parte com alumínio - material mais leve -, a oferta de carros 1.0 de três cilindros cresceu no País.

"Há alguns anos, quando fomos a primeira a montadora a oferecer esse tipo de combinação no mercado nacional, recebemos muitas críticas", afirma o vice-presidente da Kia Motors, Dino Arrigoni.

De acordo com o executivo, o compacto Picanto 1.0 de três cilindros possui um excelente custo-benefício. "O modelo entrega potência e consumo extremamente baixo."

O mercado chegou a aventar que a Renault traria o compacto Kwid com motor 0.8 litro de 3 cilindros ao Brasil, o que a montadora nega. "Para vingar, um carro 0.8 teria que ter uma equação de preço e muita tecnologia", avalia Brazil.

Competição

Hoje, mais marcas já oferecem carros 1.0 de 3 cilindros, como a Hyundai (HB20) e a Nissan (March). Além dessa combinação, as montadoras apostam também no turbocompressor para redução do consumo e aumento de potência. É o caso da Volks com a linha TSI. Um dos modelos mais vendidos com essa família de motores é o compacto up!

"O up! 1.0 TSI, apesar de mais caro do que a versão comum, entrega desempenho semelhante a muitos 2.0 do mercado", assegura Oliveira. Segundo ele, a versão turboalimentada do up! custa cerca de R\$ 4 mil a mais. "Pelo custo-benefício, a diferença acaba sendo pequena."

Prova disso, afirma Oliveira, é o crescimento das vendas do up! TSI no Brasil. O executivo revela ao DCI que, no acumulado de janeiro a maio, os emplacamentos da versão turboalimentada do compacto atingiram 44% do mix do up!. "Esse volume de vendas é extremamente relevante. O up! TSI já é um sucesso", avalia.

Arrigoni, da Kia, relata que a montadora deve trazer nos próximos meses o Picanto 1.0 turbo ao Brasil. "Estamos em fase de adaptação desse motor e em breve o modelo estará disponível no País." Ele pondera que, perante o custo-benefício, a versão turboalimentada vale a pena. "A diferença de preço existe, mas não é tão impactante", complementa.

O consultor da Sell-Out 3 observa, porém, que o sucesso de compactos com motores pequenos passa por uma mudança de hábito do consumidor. "O brasileiro tem um perfil semelhante ao norte-americano, que gosta muito de automóveis grandes", diz Brazil.

Ele pontua que, apesar do avanço tecnológico, o 1.0 continua sendo o carro da família brasileira. "Para emplacar verdadeiramente no mercado, o modelo precisa carregar quatro pessoas com bagagem sem engasgar", ironiza.

Carros serão substituídos por veículos autônomos até 2025, diz Peter Diamandis

28/05/2017 – Fonte: CNI

Presidente da Singularity University fez palestra no Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria. Ele avalia que, por meio da evolução da tecnologia, em pouco tempo será possível atender todas as demandas da humanidade

"Todos nós que temos carros vamos vendê-los e vamos ser guiados sem motorista" - Peter Diamandis



"Nos próximos 20 ou 30 anos, vamos remover a miséria do mundo". A frase é do empresário Peter Diamandis, cofundador e presidente da Singularity University, escola

de negócios do Vale do Silício, e fundador da XPRIZE Foundation. Ele proferiu palestra nesta terça-feira (27), em São Paulo, durante o 7º Congresso Brasileiro de Inovação da Indústria, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Autor dos best sellers "Abundância" e "O Futuro é melhor do que você imagina", Diamandis enfatizou que os alimentos ficarão mais baratos, assim como a energia e o transporte. "Em poucos anos, conseguiremos atender todas as demandas da humanidade. O benefício de desmaterializar e desmonetizar é democratizar", disse.

Quanto aos veículos autônomos, a tendência é de mudanças ainda mais velozes. Para ele, em menos de uma década as ruas e estradas estarão dominadas por carros sem motoristas. "A previsão é que até 2025 a propriedade de veículos estará extinta", frisou. Segundo Diamandis, ninguém mais terá interesse em comprar carro.

Serão todos de empresas, como a Uber, que circulará com carros sem motorista. Ele observou que, em 1904, em Nova York, apenas 10% dos veículos que circulavam eram carros que dividiam as ruas com carroças movidas por animais. Treze anos depois, em 1917, as carroças já eram minoria nas ruas.

"A sua saúde vai ser monitorada não uma vez por semana ou uma vez por dia, mas a todo momento"



"Os carros completamente autônomos da Uber vão estar na estrada daqui a dois anos. Todos nós que temos carros vamos vendê-los e vamos ser guiados sem motorista", destacou. "O seu tempo num carro se tornará produtivo, você poderá dormir, ver um vídeo, jogar vídeo game ou trabalhar. Sem falar no fato de que estamos prestes a ver o lançamento do carro voador", acrescentou.

Admitindo ser um otimista em relação ao futuro da humanidade, o especialista em inovação afirmou que em 10 ou 15 anos mais de 70% da energia produzida no planeta será proveniente do sol. "Estamos digitalizando o mundo, a saúde, a educação, a energia. As coisas não estão mudando de década em década, mas de ano a ano", alertou.

REVOLUÇÃO NA SAÚDE - A combinação de inteligência artificial com a robótica e os sensores fará toda a diferença para a saúde humana, que, em poucos anos, conforme Diamandis, passará por uma nova revolução.

"A sua saúde vai ser monitorada não uma vez por semana ou uma vez por dia, mas a todo momento. Seu carro automático vai levar você para o hospital sem você dirigir. Estamos vendo uma explosão de investimento em inteligência artificial".

Peter Diamandis alertou, no entanto, que a tecnologia também significará perdas de empregos. Para acompanhar as mudanças cada vez mais velozes, os profissionais terão, segundo ele, que ser empreendedores.

Não será uma mudança inédita – ele lembrou que há não muito tempo praticamente toda a população mundial trabalhava no campo, enquanto hoje esse índice não chega

a 5%. Diamandis mencionou que em duas décadas 90% da população mundial será de pessoas alfabetizadas.

Daimler Trucks amplia contrato global com a Wabco

28/05/2017 – Fonte: Automotive Business



A Daimler Trucks ampliou seu contrato com a Wabco para o fornecimento a longo prazo do novo controle de transmissão manual automatizada (AMT, na sigla em inglês) a fim de sustentar a produção global dos caminhões das marcas do grupo, que inclui a Mercedes-Benz, principalmente na Europa, América do Norte, Japão e América do Sul.

A nova geração da tecnologia, que funciona como o cérebro da transmissão, transforma um câmbio manual em automatizado, que passa a deslocar automaticamente as engrenagens e controla a atuação da embreagem no veículo.

Segundo a Wabco, a solução aumenta a economia de combustível por meio de uma mudança mais inteligente das marchas, ajudando também a reduzir significativamente o desgaste mecânico, os custos de manutenção e o tempo de inatividade do veículo.

“Nossa indústria continua a adotar tecnologia de transmissão manual automatizada com grande potencial de crescimento nos Estados Unidos e em países como o Brasil, Rússia, Índia e China”, disse em nota o presidente da Wabco para a divisão de fabricantes de equipamentos para veículos leves e pesados, Jorge Solis. “Nosso novo contrato com a Daimler Trucks estende o nosso contrato atual de fornecimento de AMT, ao mesmo tempo em que aumenta o volume”.

Para o diretor de marketing da Wabco na América do Sul, Alexandre Esgolmin, a ampliação do contrato global deverá fortalecer ainda mais a parceria da empresa com a montadora inclusive no Brasil.

“A Wabco já é fornecedora da Daimler (Mercedes-Benz) no País da tecnologia atual de caixa automatizada e agora a nova geração, já introduzida na Europa, será utilizada pela empresa também no Brasil”, revela o executivo.

Ele acrescenta que a tecnologia de caixa automatizada vem aumentando cada vez mais sua demanda no mercado brasileiro.

“A Wabco já possui parceria com várias montadoras no Brasil para o fornecimento, portanto, naturalmente também fornecerá a próxima geração desse sistema, que permite aumentar o conforto e a segurança do condutor, melhorar a economia de combustível e reduzir as emissões”, destaca.

Volvo FH 540 tem o melhor valor de revenda

28/05/2017 – Fonte: Automotive Business

O caminhão Volvo FH 540 6x4 apresentou o menor índice de depreciação após 3 anos de uso, o que lhe conferiu o título de vencedor na categoria mais concorrida do prêmio Maior Valor de Revenda – Veículos Comerciais Pesados. Realizado pela agência AutoInforme, em parceria com a Editora Frota e Textofinal, com base nos dados da

Molicar, cujo levantamento aponta os preços médios praticados no mercado. O modelo venceu na categoria Pesados, a mais concorrida entre as cinco do segmento de caminhões, com 34 modelos: o maior número de concorrentes desta que foi a terceira edição do prêmio.

“A Volvo começou a produzir caminhões no Brasil em 1980 e este prêmio de hoje mostra uma jornada de sucesso, graças ao apoio da rede de distribuição e dos clientes. Nós mostramos que o caminhão brasileiro precisa de tecnologia para ser competitivo”, declarou o diretor de vendas de caminhões da Volvo, Bernardo Fedalto, durante a cerimônia de entrega dos troféus realizada na terça-feira, 27, na sede do Setcesp, em São Paulo.

Além dos caminhões, com as categorias Semileves, Leves, Médios, Semipesados e Pesados, a premiação também reconhece os mais valorizados no segmento de utilitários, que tem quatro categorias: Furgoneta de Carga, Furgão de Carga, Caminhonetas de Carga e Minibus.

No total, o prêmio Maior Valor de Revenda avaliou 102 modelos, sendo 80 caminhões e 22 utilitários. Como base, foram utilizados os preços praticados para estes veículos usados no primeiro quadrimestre deste ano. Os dados foram comparados com os preços praticados para os mesmos modelos zero quilômetros no primeiro quadrimestre de 2014, cuja diferença resulta no índice de depreciação.

“Esse estudo vem sendo feito há mais de 15 anos, em parceria com a Molicar. O selo é um reconhecimento às marcas que tiveram os seus veículos entre os de Maior Valor de Revenda em 2017. Em vez de questionar por quê um utilitário/caminhão perde valor, deveríamos perguntar por quê um veículo mantém um valor de mercado tão alto e por tanto tempo”, enfatiza o idealizador do prêmio e diretor da Agência AutoInforme, Joel Leite.

“A depreciação depende de vários fatores: do tamanho do veículo, da marca, da rede de revendedores, do cuidado que a marca tem em relação ao pós-vendas, ao segmento, a origem, ao fato de ter grande volume de venda, à sua aceitação no mercado. Assim, nossa expectativa é que a nossa certificação possa vir a ser um novo balizador, para uso de fabricantes e distribuidores de veículos, administradores e proprietários de frotas, bancos, financeiras e seguradoras”, completa Leite.

O prêmio também reconheceu o caminhão e o utilitário mais valorizado, entre todos os concorrentes de cada segmento. Para caminhões, o vencedor foi a Mercedes-Benz Sprinter 415, com 15,9%, a menor depreciação entre todos os 80 caminhões avaliados nesta edição, seguido pela versão Mercedes-Benz Sprinter 415, com 16%, e a Iveco Daily 45S17, com 18,3%.

Já entre os utilitários, o modelo com menor depreciação foi o Hyundai HR, com 15,2%, à frente de Renault Master, com 16% e Renault Master furgão, com 16,7%.

Lifan X60 automático CVT está à venda

28/05/2017 – Fonte: Automotive Business



As concessionárias Lifan começam a receber o utilitário esportivo X60 com câmbio automático CVT. O carro é produzido no Uruguai, de onde vem apenas na versão topo de linha Vip, com preço sugerido de R\$ 77,9 mil. O valor inclui teto solar e nova central multimídia com tela de oito polegadas.

O câmbio CVT adotado pela Lifan simula seis marchas. Embora o motor permaneça o mesmo 1.8 de 128 cavalos, o carro recebeu pequenas mudanças de estilo, como na grade e nos faróis. O painel de instrumentos também foi modificado, assim como o revestimento de couro. Direção hidráulica, vidros, travas e retrovisores com acionamento elétrico são todos itens de série.

Os X60 produzidos este ano vão conviver com as unidades antigas, montadas até o início de 2016, quando a fábrica uruguaia interrompeu a produção por causa da queda de mercado. Em seu melhor ano, 2014, o X60 teve 4,6 mil unidades emplacadas, com média mensal em torno de 380 carros.

Em 2016 essa média recuou para 170 unidades e em 2017, para menos de 100 ao mês. Com a versão automática CVT a Lifan espera que a média suba para cerca de 300 carros ao mês.

VW e Nvidia vão cooperar em inteligência artificial

28/05/2017 – Fonte: Automotive Business

A Volkswagen vai trabalhar em parceria com a Nvidia, empresa de tecnologia do Vale do Silício, no desenvolvimento de inteligência artificial. O plano é explorar ampla gama de possibilidade para a tecnologia no lugar de focar apenas no uso em carros autônomos.

“Queremos desenvolver o nosso próprio sistema de alta performance. Por isso estamos expandindo o nosso conhecimento a partir da cooperação com a Nvidia. Inteligência artificial é a chave para a o futuro digital do Grupo Volkswagen”, destacou em comunicado Martin Hofman, CIO da companhia.

Para a montadora, a tecnologia deve ter ampla aplicação na área de serviços de mobilidade nos próximos anos. A empresa já trabalha em um sistema para ajudar a reduzir congestionamentos em áreas urbanas que usa inteligência artificial. Além disso, há possibilidades de aplicação destes recursos em colaboração com seres humanos na companhia.

A Nvidia já trabalha com a Audi, que também pertence ao Grupo Volkswagen, no desenvolvimento de sistemas para carros autônomos que devem chegar ao mercado a partir de 2020. O anúncio atual, no entanto, foca no potencial da inteligência artificial por si só, não apenas ligada a veículos autoguiados. O potencial das soluções da Nvidia ganha importância no setor automotivo e a empresa já firmou parcerias com companhias como Volvo Cars e ZF.

Etanol e frota flex são ativos estratégicos, defende diretor da FCA

28/05/2017 – Fonte: Automotive Business



João Irineu, da FCA, defende etanol para atingir objetivos de redução de emissões

Embora tenha importância inegável para o desenvolvimento da indústria automotiva nacional nos últimos 40 anos, o etanol sempre foi tratado como combustível complementar, pouco contemplado no desenvolvimento original dos veículos como solução estratégica para redução de emissões. Para João Irineu Medeiros, diretor de assuntos regulatórios e compliance da Fiat Chrysler Automobiles (FCA), essa realidade

tem boa chance de mudar agora, diante das discussões da nova política industrial para o setor, conhecida até agora como Rota 2030, e das obrigações assumidas pelo Brasil na Conferência do Clima de Paris, a COP 21, de reduzir as emissões de CO2 em 43% até 2030 em relação aos níveis de 2005.

“Pela primeira vez em 40 anos as cadeias de produção de veículos e de agroenergia convergem esforços para o desenvolvimento tecnológico de soluções conjuntas, políticas e normas de longo prazo para aumentar a eficiência energética e reduzir as emissões de CO2. Este é um fato novo e importante, que pode ser decisivo para o Brasil alcançar as metas de redução de emissões de CO2 assumidas internacionalmente”, afirmou o engenheiro na terça-feira, 27, durante sua participação no Ethanol Summit, encontro bienal organizado pela União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) que reúne empresários, autoridades, pesquisadores, investidores, fornecedores e acadêmicos do Brasil e do exterior, este ano realizado em São Paulo em 26 e 27 de junho.

João Irineu defendeu a vantagem ambiental do etanol como estratégia inteligente e viável para atingir as metas pactuadas pelo Brasil na COP 21. Para isso será necessário elevar a participação do biocombustível na matriz energética brasileira veicular dos atuais 30% para 50%, o que significaria ampliar a produção dos atuais 28 bilhões de litros por ano para a faixa de 50 bilhões de litros.

Isso porque, além de emitir menos gases poluentes e material particulado na comparação com os combustíveis fósseis, todo o CO2 gerado na queima do etanol é reabsorvido pelas próprias plantações de cana-de-açúcar. “Os biocombustíveis e a frota brasileira de veículos flexfuel têm papel decisivo na estratégia de redução do CO2”, disse.

O diretor da FCA lembrou que o programa Rota 2030 deverá contemplar os biocombustíveis, em especial o etanol, dentro de novas metas de eficiência energética e redução de emissões. Atualmente o governo debate a nova política industrial automotiva com os representantes da indústria automotiva e da cadeia da mobilidade, que inclui fabricantes de veículos, de autopeças e produtores de combustíveis, entre outros.

ATIVO ESTRATÉGICO

“O Brasil tem quatro décadas de acúmulo de tecnologia na produção do etanol combustível e de veículos que o utilizam. Intensificar a opção pelo etanol é uma decisão inteligente, que leva em conta a imensa plataforma produtiva, logística e de distribuição já implantada no país”, destacou o executivo.

“Nenhum outro país tem um ativo dessa importância e magnitude. Temos de tirar disso as vantagens comparativas na busca por mobilidade com menos carbono e de um balanço mais favorável de emissões. Temos de investir tempo, dinheiro e inteligência nisso”, afirmou.

João Irineu sugere a formulação de uma agenda estratégica compartilhada entre governo, empresas, universidades e sociedade para aperfeiçoar o biocombustível e os veículos que fazem uso dele.

Ele entende que esse planejamento passa pela definição de formas competitivas de financiamento de pesquisa e desenvolvimento, organização do mercado de combustíveis e estímulo ao uso de tecnologias, por meio de novos marcos regulatórios.

Nesse caminho para o futuro do etanol, a cadeia da agroenergia deve focar em produzir combustíveis de modo mais eficiente, com oferta estável e previsível, além de dar passos adiante com o desenvolvimento de novas fontes, como o etanol de segunda geração, que pode ser extraído de diversos materiais orgânicos,

especialmente subprodutos como bagaço e palha da cana, por exemplo. Ao mesmo tempo, a indústria automotiva deve trabalhar mais para desenvolver motores e veículos de maior eficiência energética quando rodam com biocombustíveis.

Um dos trabalhos a serem feitos pela cadeia de biocombustível, como sublinhou João Irineu, é melhorar a especificação do etanol hidratado, reduzindo o conteúdo de água de 7,5% para 2% – o que por si só já eleva a eficiência energética do combustível e reduz seu consumo. Outros desafios são aprimorar a qualidade da partida a frio e a resistência à oxidação dos componentes.

No médio e longo prazos, o aumento da oferta de etanol e veículos mais eficientes deve conduzir à internacionalização do biocombustível e de sua utilização em veículos híbridos, que utilizam motores elétricos e a combustão. O etanol também tem potencial de servir base para extração de hidrogênio, combustível de carros elétricos alimentados por células de combustível (fuel cell).

“Há muitas oportunidades associadas a esse esforço. Outros países estão diante do mesmo desafio de reduzir suas emissões no âmbito da COP 21. É uma oportunidade para internacionalizar ainda mais o uso do etanol, estimulando sua adoção em países como Argentina, Chile, Colômbia”, afirmou João Irineu.

Motos recuam diante da chuva e do frio

28/05/2017 – Fonte: Automotive Business



A média diária de emplacamento de motos voltou a cair em junho, depois de se manter estável na casa de 3,6 mil unidades por três meses consecutivos. “Ela baixou para cerca de 3,5 mil motos em razão das chuvas e da queda de temperatura nos Estados do Sul e do Sudeste”, diz Marcos Fermanian, presidente da Abraciclo, entidade que reúne fabricantes do setor.

Ele prefere não arriscar um número total para o mês porque nos últimos dias houve picos de 4 mil unidades, o que levaria a mais de 70 mil unidades.

Se ao menos esse total se confirmar para junho, o acumulado do ano terá 425,5 mil unidades, resultando em queda 9,4% ante o mesmo período de 2016, uma melhora de 0,9 ponto porcentual ante os -10,3% registrados no total até maio.

“Acredito que manteremos nossa projeção de 890 mil emplacamentos para 2017. A comparação com 2016 ainda é de queda porque o primeiro semestre foi o mais forte no ano passado”, diz o presidente da Abraciclo. Entre os segmentos ele recorda que os scooters continuam com bom desempenho, sobretudo por causa de lançamentos e porque muitos motoristas de grandes cidades optaram por esses modelos para evitar os congestionamentos.

CONSÓRCIOS

Os consórcios respondem por um terço das vendas do setor de motos, mas a venda de novas cotas recuou em 2017. Segundo dados da Associação Brasileira das Administradoras de Consórcio (Abac), de janeiro a abril a venda de novas cotas recuou 7,4% e as contemplações caíram 24,2% ante o mesmo período de 2016.

“A modalidade é muito importante para o setor e as montadoras tomarão ações neste segundo semestre para recuperar a carteira de clientes de seus consórcios”, garante Fermanian.

Concessionárias: falta estrutura para atender no canal digital

28/05/2017 – Fonte: Automotive Business



Cresce o debate sobre a digitalização do setor automotivo para atender aos novos anseios do consumidor e entregar tecnologia. Na prática, no entanto, as concessionárias seguem trabalhando de forma bastante analógica, com dificuldade para atender o cliente que vem da internet. Esta é uma das conclusões do estudo Competitividade Digital das Concessionárias, realizado no Brasil pela Prime Action desde o ano passado (leia [aqui](#) o estudo da Prime Action).

“O grande desafio não está na parte técnica, na informática, em ter um bom site. A questão é a infraestrutura da empresa para atender ao cliente que chega por este canal”, analisa Carlos Campos, sênior partner da consultoria.

Para chegar à conclusão a companhia analisou 447 sites de 169 grupos de concessionários que somam 1,5 mil lojas espalhadas pelo Brasil. O levantamento levou em conta o e-commerce de veículos novos e seminovos, o atendimento ao cliente online, a presença nas mídias sociais, a adaptação da página a dispositivos mobile, os recursos de pós-venda oferecidos na internet e, claro, a integração do site com a marca de veículos.

Para avaliar o atendimento no ambiente digital, consultores se passaram por clientes e entraram em contato com a concessionária pelo site. O dado alarmante é que 49% das empresas sequer responderam a estas interações.

“É impressionante que metade das empresas deixem passar estes leads de vendas. É uma pilha de negócios em potencial sendo desperdiçada. As empresas investem para atrair o cliente ao site e, quando ele faz uma pergunta, acaba ficando sem resposta”, avalia. Segundo ele, apenas 12% dos contatos tiveram retorno em menos de uma hora, o que deveria ser o padrão para o setor. “Nos Estados Unidos 100% dos contatos recebem retorno em até 60 minutos.”

Somente metade dos sites de revendas pesquisados oferecem a opção de contato via WhatsApp. Mais grave do que não usar o aplicativo para atender os consumidores, no entanto, é que, entre as empresas que utilizam este recurso, metade deixa o cliente sem resposta.

“A infraestrutura de suporte ao canal digital é algo muito mal resolvido nas concessionárias. Mesmo quando tivemos resposta, são poucas as revendas que fazem novos contatos com o cliente depois, tentam criar oportunidades”, resume.

MELHORA NA MÉDIA NACIONAL

Campos destaca que a pesquisa também mostra outras falhas nos sites das concessionárias, ainda que menos graves do que a falta de retorno ao cliente. Entre eles está a falta de fotos dos carros em estoque e a ausência de um configurador do

veículo que fique hospedado na própria página. “Muitas empresas direcionam o cliente para o site da montadora nestes casos e acabam perdendo o visitante.”

Outro calcanhar de aquiles, aponta, é que quando o consumidor procura modelos usados, a empresa direciona ele para uma página independente, que oferece todos os usados do grupo, completamente desvinculada da montadora do carro que o cliente estava inicialmente interessado.

“Isso interrompe a experiência com a marca. O ideal seria dar preferência à mesma fabricante e, apenas se o visitante não encontrasse o que procura, ele fosse direcionado para uma página que reunisse todas as empresas.

Com os dados apurados, a Prime Action destacou um ranking das melhores marcas no canal digital. Segundo Campos, a Volkswagen é um dos destaques positivos, diferentemente da Chevrolet, que aparece no topo da lista por oferecer um bom site, mas está justamente entre as marcas que não respondem as mensagens do consumidor. Ainda assim, de forma geral, houve melhora na performance das empresas on-line na comparação com o estudo do ano passado.

Em 2016 as empresas atenderam, em média, apenas 27,9% dos requisitos para o bom atendimento digital analisados pela Prime Action. Este ano a média nacional subiu para 49,3%.

O salto é importante, mas ainda mostra que as empresas do setor da distribuição de veículos brasileiras estão bons passos atrás dos melhores exemplos: os cinco concessionários com melhor performance digital nos Estados Unidos cumprem a 94,3% dos aspectos da análise da Prime Action.